



ENSAIO

**José Adelino Maltez
sobre a génese da
Constituição de 1822**



**Jubileu de Ouro
de Margarida II
da Dinamarca**

por António Pinheiro Marques

Neste número:
Artigo de SAR o Duque de Bragança



ENTREVISTA

José de Bouza Serrano

"Seria muito útil para todos nós a colaboração da nossa Família Real no plano interno e externo, porque são um trunfo histórico, social e cultural da nossa História."



Percebe-se como a morte de Isabel II colocou na ordem do dia e inundou o espaço público de todo o mundo com relatos, imagens e testemunhos insuspeitos sobre as qualidades do regime monárquico. Afinal a “rainha de Inglaterra” fez a diferença. Não sei se será surpresa para os progressistas constatarem que sempre que se mudaram os regimes à força, apesar do sangue derramado, não se conseguiram mudar as mentalidades como tinham idealizado. Ao menos o sonho de John Lennon no seu castelo de marfim ficou-se por uma bonita e inconsequente canção: continuarão a existir países, religiões, propriedade, paraíso e inferno... enquanto existirem pessoas.

Voltando ao assunto: qual a razão de os noticiários nacionais terem dado tanta atenção às exéquias da rainha de Inglaterra e à transição em curso na coroa britânica? Porque o público é sensível e adere ao drama humano e à beleza estética que emana desta poderosa instituição e dos seus rituais. Porque a instituição real é profundamente humana, até nas suas contradições.

Em homenagem à era isabelina tudo e mais alguma coisa já foi dito nos jornais, rádios e televisões, pelo que duvido que aqui consiga dizer alguma coisa de verdadeiramente original. Além da grande admiração que nutro pela rainha e pela coroa britânica, que no mundo se mantém estandarte dos valores ocidentais da liberdade e da democracia com que me identifico incondicionalmente, como monárquico, foi para mim particularmente reconfortante assistir, no debate que acompanhava as impressionantes cerimónias, ao enorme consenso sobre a qualidade e pertinência das monarquias da velha Europa civilizada. Já é para mim um mistério por que domesticamente são tão poucos os que retiram daí as devidas ilações.

Impressionou-me particularmente a chegada do Rei Carlos III a Buckingham, no seu primeiro contacto com a população perplexa, após a morte da sua querida mãe. Sentia-se ali um misto de dor e de esperança na continuidade, personificada pelo novo rei. Uma

“Qual a razão dos noticiários nacionais terem dado tanta atenção às exéquias da rainha de Inglaterra? Porque o público é sensível e adere ao drama humano e à beleza estética que emana desta poderosa instituição e dos seus rituais.”

projecção da transcendência aspiracional que é cimento das comunidades robustas. Impressionou-me adivinhar nessa multidão a grande diversidade de etnias e culturas que compõem por estes dias o Reino Unido e o enriquecem e que nem por isso deixaram de partilhar o mesmo sentimento de perda e a mesma confiança na continuidade.

Curioso é como o Reino Unido, que enfrentou tantos desafios trágicos e tormentas nos últimos 70 anos, se, por um lado, perdeu um império, por outro afirmou-se como uma potência cultural no mundo inteiro, muito desproporcional ao seu peso geopolítico. E a mensagem subjacente, nas artes, na literatura, no desporto, na música popular, no audiovisual, vem sendo genuinamente boa: é de civilização.

O reinado de Isabel II, a Rainha global, deixa ao planeta inteiro esse legado. Já o Rei Carlos III tem todas as condições para contribuir para que o Reino, Unido, enfrente tal como o seu nome o indicia, as

tempestades que se perfilam adiante daquela complexa realidade multinacional e multicultural: sejam os separatismos ou a crise económica que se espera que seja muito dura. Mas de quem tenho mais pena é das republiquetas revolucionárias do sul da Europa, que

não souberam resistir ao canto das sereias dos revolucionários, convencidas que é possível moldar à força a natureza humana e as suas afeições.

Aproveito para endereçar a todos os leitores do Correio Real os votos de um Natal verdadeiramente redentor.

O Senhor Dom Duarte remeteu-nos um pequeno artigo que muito nos honra publicar numa secção criada para o efeito na página 5 desta edição: Primeira Pessoa.

João Távora,
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto. 1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.reallisboa.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora
Redacção: João Vacas, João Távora, Pedro Velez, Carlota Cambournac (revisão final)
Design e edição: Ana Olivença
Produção: Sinapse Media
Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo
2250 exemplares
Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, n.º1, alínea a)

Legenda da imagem da capa: Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, segundo carta de lei de D. João VI.



Pedro Quartin Graça
Presidente da Direcção
Nacional da CAUSA REAL



6 MESES – TEMPO DE PRIMEIRO BALANÇO

O Congresso da Causa Real, em que os actuais órgãos sociais do movimento foram eleitos, teve lugar em Évora, no passado mês de maio ou seja, há seis meses. É altura de, ainda de forma necessariamente provisória, fazer um balanço. O balanço final, esse ficará para o fim do mandato, ou de forma parcelar, por ocasião do primeiro Congresso Monárquico de características não electivas.

Dito isto não podemos deixar de assinalar que o ritmo de actividade da actual Direcção Nacional, e demais órgãos eleitos, tem sido apreciável.

Começamos pela constatação de ter já sido possível reunir todos os órgãos, alguns deles, aliás, de composição extensa, em sessões plenárias, a que se junta a circunstância de a Direcção Nacional e, em especial a sua Comissão Executiva, reunir em sessão todas as semanas, com pelouros atribuídos a vários dos seus membros em particular.

Em segundo lugar gostaria de destacar o início do cumprimento das medidas que foram elencadas na moção apresentada ao Congresso e que foi por este sufragada. De entre estas merece particular destaque a organização interna, em especial a atenção que se deve dedicar a algumas alterações estatutárias no seio da Causa e, também nos Estatutos da JMP. Trata-se de um processo que será aberto brevemente e será participado por todos os órgãos da CAUSA REAL e da JMP.

Como terceiro ponto, também no âmbito do aprovado em Congresso, está o posicionamento externo do movimento, em particular aquele que deriva da tomada de posição da Causa e da sua divulgação externa. Neste aspecto tem sido nossa preocupação tomar publicamente posição sobre acontecimentos relevantes como a trasladação do coração do Imperador para o Brasil e os incêndios que têm assolado

Entre as medidas mais impactantes anunciadas em Congresso esteve o posicionamento da Causa Real sobre um próximo procedimento de revisão constitucional

Portugal, tomadas de posição estas que têm sido regularmente divulgadas por intermédio das nossas redes sociais.

Mas a Causa Real tem ido mais longe e esteve também muito presente nos media, e em especial nas televisões, quer por ocasião do Jubileu quer, mais recentemente, aquando da morte da Rainha de Inglaterra. Foram vários os representantes da Direcção Nacional e de outros órgãos sociais em diversos programas televisivos e nos quais foi possível aproveitar a ocasião para realçar os méritos da monarquia e, em especial, do projecto de restauração da mesma em Portugal.

Gostaríamos de recordar que entre as medidas mais impactantes anunciadas em Congresso esteve o posicionamento da Causa Real sobre um próximo procedimento de revisão constitucional. Neste âmbito, e na expectativa da abertura de um há muito aguardado procedimento de revisão constitucional, a Causa Real não poderia deixar de exortar a classe política a escutar razoáveis anseios de mudança por parte da sociedade civil, no que concerne aos seguintes aspectos fundamentais do sistema constitucional e do sistema político como a alínea b) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa/CRP e a questão do monopólio partidário na apresentação de candidaturas às eleições legislativas, consagrado no artigo 151.º, n.º 2 da CRP tendo, sobre o primeiro, feito o seu posicionamento público por via de um comunicado que saiu por ocasião do 5 de Outubro de 2022, data comemorativa na qual a Causa esteve envolvida nas respectivas celebrações em todo o país.

Agora é intenção de todos nós continuar a trilhar o caminho sufragado, com a ajuda das Reais Associações, da JMP e dos monárquicos em geral. Obrigado a todos!

26

ÍNDICE

5

PRIMEIRA PESSOA

• Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança

6

OPINIÃO E DEBATE

• Isabel II, espelho de príncipes | João Vacas
• Um momento monárquico no pensamento político-constitucional | Pedro Velez

8

ENSAIO

• Entoar o doce nome liberdade | José Adelino Maltez

18

ENTREVISTA

• José Bouza Serrano | João Távora

24

NOTICIÁRIO

• Conversas Reais – 5 de Outubro, com José Miguel Sardica
• Causa Real celebra a fundação da nacionalidade em Coimbra

32

NOTÍCIAS DA CASA REAL PORTUGUESA

• Entrega do prémio Infante D. Henrique.
• Coroação da imagem de Nossa Senhora de Fátima, Rainha de Portugal, pelo Senhor D. Afonso de Bragança

34

BIBLIOTECA E EXPOSIÇÕES

• As Dez Monarquias da Europa | Autor: Alberto Miranda

14

DOSSIER

• Jubileu de Ouro de Margarida II da Dinamarca | António Pinheiro Marques

PORTUGAL FAZ BEM



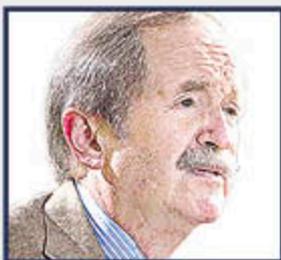
A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão constituiu-se em 30 de Novembro de 2018 com a missão de enaltecer Portugal, dando prioridade a quatro pilares: a Cultura, a Educação, a Beneficência e a Investigação.

A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão e o Museu Nacional de Arte Antiga (MNA) em Lisboa lançaram em parceria um projecto museográfico sob a designação "O Belo, a Sedução e a Partilha". Ao abrigo deste protocolo o MNA acolherá, de dois em dois meses e até 2026, uma sucessão de pinturas de Mestres Antigos da Colecção Gaudium Magnum.

A quinta obra apresentada no MNA, no momento em que este Museu acolhe obras de pintores franceses vindas do Museu do Louvre no âmbito do Programa "Cultures Croisées Portugal-França", é uma pintura do início do século XVIII, "Cristo e os Peregrinos de Emaús" (datável entre 1700 e 1705), da autoria de Charles de la Fosse que ficará em exposição desde a primeira quinzena de Outubro até ao fim do ano.

ca@gaudiummagnum.org
+351 218 075 070
Rua de São Bernardo, 31 R/C
1200-823 Lisboa

FUNDAÇÃO
 gaudium
magnum
MARIA E JOÃO CORTEZ DE LOBÃO



Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança

Tenho acompanhado, com o maior interesse, o trabalho desenvolvido pela Real Associação de Lisboa e por outras Reais que também têm participado nesta meritória iniciativa que é o Correio Real. Considero que o trabalho desenvolvido por esta revista e também o que tem sido realizado pela publicação Real Gazeta do Minho da responsabilidade da Real Associação do Alto Minho constituem o fundamental esforço para melhorar a cultura política nacional e dos monárquicos em particular. Entre os artigos de opinião, ensaios históricos, as entrevistas e as notícias sobre as atividades do movimento monárquico português existem muitos assuntos para que todas as pessoas interessadas no nosso futuro tenham informação suficiente.

Quem encomendar o livro "Quando o Povo quiser" poderá ler os melhores textos publicados no Correio Real nos últimos 10 anos. Preocupa-me, no entanto, que muito poucas empresas e instituições tenham posto a sua publicidade na revista, apesar de sabermos que este género de edições é sobretudo sustentado pela publicidade. Sem ela, só se poderá enviar a revista aos associados das Reais que tenham pago as quotas, o que infelizmente não acontece muitas vezes. O outro livro de leitura fundamental para quem queira ter uma formação política inteligente chama-se "A Liberdade Portuguesa" de Henrique Barrilaro Ruas. A primeira parte é um resumo da história dos Reis de Portugal, escrita com total independência e honestidade, o que é muito raro nos dias que correm. A segunda parte é um resumo do que de mais importante Henrique Barrilaro Ruas escreveu ao longo da sua vida. Muitos o consideram como o melhor filósofo Português do século XX. Se quem nos influenciou politicamente

Se quem nos influenciou politicamente durante o século passado tivesse estudado o pensamento de Henrique Barrilaro Ruas, é provável que a revolução de 1974 pudesse ter sido evitada. O mau costume português de actualizar as nossas instituições políticas através de revoluções tem sido responsável por muito do nosso atraso.

durante o século passado tivesse estudado o seu pensamento, é provável que a revolução de 1974 pudesse ter sido evitada. O mau costume português de atualizar as nossas instituições políticas através de revoluções tem sido responsável por muito do nosso atraso. Dar essas revoluções como exemplos gloriosos consagrados, com festejos e feriados, só encoraja as novas gerações a repetir estes maus exemplos. Povos governados sensatamente, recorrem aos representantes por eles escolhidos para modernizar e atualizar as suas instituições políticas, vejamos os exemplos das monarquias escandinavas, assim

como do Japão e da Tailândia. Também a Confederação Suíça tem dado um bom exemplo de uma verdadeira democracia representativa do povo onde os cidadãos têm sempre possibilidade de recusar por referendo as decisões tomadas pelos seus políticos. Alias, o Arquiduque Oto de Habsburgo defendeu no

Parlamento Europeu que o modelo da Confederação Helvética (Suíça) deveria ser o modelo para a União Europeia. Ele foi um dos primeiros Eurodeputados, tendo-se mantido no parlamento europeu até aos 90 anos.

Termino com um apelo, que todos os Portugueses patriotas, lúcidos e politicamente coerentes, apoiem e divulguem a Revista "Correio Real" assim como a "Real Gazeta do Alto Minho", e leiam e dêem a ler aos seus familiares e amigos os dois livros que mencionei.

Agradecimentos

A Causa Real agradece aos patrocinadores que contribuíram para a realização do Jantar de Conjurados de 2022, em particular na composição dos 20 Cabazes de Natal sorteados:

CASA CADAVAL
CHEF HÉLIO LOUREIRO
CHOCOLATES MICHEL CLUIZEL
DR. EDGAR VALLES
HERDADE DE MARIA DA GUARDA
LACTOGAL
MINHOFUMEIRO
QUINTA DO CASAL BRANCO

RAZÕES REAIS - REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA
SERRAMEL
SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS E BEBIDAS, S.A.
UNITED71 BEERS & BREWS
VALE DA ROSA - SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA
VERCOOPE - VINHO VERDE
WEDOURO AGRICULTURA E TURISMO, LDA



Isabel II, espelho de príncipes

JOÃO VACAS

Numa sociedade que lê cada vez menos, apesar de estar submersa em informação, um género literário como os Espelhos de príncipes será, talvez, desinteressante e percebido como anacrónico face à velocidade, volatilidade e voracidade que enformam o tempo actual, muito em particular o tempo político. As imagens ganham quotidianamente terreno às palavras, as formas de comunicação tendem a simplificar-se - a ponto de se tornarem caricaturas extremadas e belicosas do que deveria ser um diálogo civilizado - e o imediatismo e o culto da juventude substituem a prudência e o respeito pelos que nos precedem com prejuízo de todos.

O fim da vida de Isabel II confrontou-nos com as perplexidades do presente e o seu exemplo fez surgir, mesmo entre os mais desatentos, alguma compreensão ou, no mínimo, intuição sobre qual é ou deveria ser o papel contemporâneo da monarquia. Fez falta uma certa dose de exercício de história contra-factual: teria sido interessante perceber se seria possível perspectivar o que poderia ter sido um século XX português com uma monarquia constitucional com a mesma ênfase com que se comentaram tricas e não-assuntos. Infelizmente, a maioria dos jornalistas e comentadores portugueses tenderam a centrar a sua atenção no acessório e a dedicar pouco tempo aos aspectos estruturais da instituição encarnada de forma modelar pela soberania britânica e que tanta falta tem feito ao nosso país.

Por muito que custe a quem detesta em bloco uma instituição que percorre os séculos, que conheceu diversas formas e contextos, e se mantém actual e vibrante em Estados mais livres, mais abertos e mais prósperos que o nosso, os mais de setenta anos de dedicação ininterrupta aos povos dos Estados que chefiou tornaram a partida de Isabel II uma perda difícil de superar nos planos pessoal e simbólico. No entanto, o seu exemplo de tenacidade, mesmo na adversidade e na dor, é das melhores formas de compreender não apenas a necessidade social e política de continuar, mas que essa continuidade é mais bem assegurada pela forma monárquica de governo.

A esse título, talvez não seja abusivo cruzar os specula principum com a frase usada por Amadou Hampâté Bâ, «um velho que morre é uma biblioteca que arde», para concluirmos que a morte de Isabel II fez sobressair duas dimensões - a da perda e a do exemplo - que foram sentidas à escala global. A extinção de uma referência e o terminar da passagem terrena de quem era depositária de legitimidade e de experiência excepcionais foram entendidos por muitos como o fim de uma era ou o último ponto num livro longo e rico.

No caso concreto de Isabel II, talvez o "arder da biblioteca" possa significar não a consumição e a extinção do seu legado mas, antes, um farol aceso para quem queira mesmo aprender o ofício de ser Rei. O tempo longo dos reinados permite essa aprendizagem

a quem seja capaz de a absorver. Mas não se diga que a sua vida apenas servirá a quem personifique de facto (ou a quem de iure deva personificar) os respectivos países: serve a todos que tenham deveres para cumprir e todos os temos.

Ao invés de escrever pela sua mão pensamentos e conselhos, mais ou menos profundos, dedicados aos seus pares e sucessores, a Rainha viveu-os a cada passo que deu e a cada palavra que proferiu. Mais do que uma biblioteca, foi um exemplar raro e precioso: usou a palavra e a imagem com comedimento, mas sem abdicar do sentido de liderança. Chefiou pelo serviço, permeado e norteado pela sua fé, sem que esta significasse fechamento aos outros e à diversidade das suas convicções.

Também por isso, Isabel II foi uma monarca verdadeiramente cristã. Esvaziou-se para ser preenchida pelo dever e pela necessidade de o cumprir. A sua vida é, a esse título, um testemunho: foi aquilo que foi porque acreditava no que acreditava.

Numa visita a Inglaterra, em 2017, encontrei numa Igreja Anglicana palavras da própria Rainha que, aos 91 anos, convidava à reflexão conjunta em torno de um poema de Minnie Louise Haskins, citado pelo seu Pai, o Rei Jorge VI, na transmissão radiofónica do Dia de Natal de 1939, ano em que o Reino Unido entrara na Segunda Guerra Mundial:

*I said to the man who stood at the Gate of the Year
"Give me a light that I may tread safely into the unknown."
And he replied, "Go out into the darkness, and put your
hand into the hand of God.
That shall be to you better than light, and safer than a
known way."*

A releitura destas palavras permite compreender não apenas em que Mão repousava a da Rainha, mas que pode haver proximidade com distanciamento e autoridade no serviço, sendo esses dos muitos sortilégios e dos aparentes paradoxos da monarquia que a tornam a forma de governo não apenas mais natural, mas mais humana.

A Rainha usou a palavra com parcimónia para que fosse eficaz e a sua imagem para liderar, mas também para transmitir conforto, segurança, ânimo ou alegria, colocando-se em frente a cada interlocutor, olhando-o nos olhos, falando-lhe e dedicando-lhe o seu tempo.

Outros, que abusam da palavra e recolhem freneticamente imagens de pretensão afecto, simulando proximidades que não existem, ao posicionar-se lado-a-lado, não enfrentam a possibilidade de um mau juízo, nem se exercitam no que é o verdadeiro encontro nem o verdadeiro serviço, banalizando-os aos dois.

Isabel II foi espelho de príncipes. Queira O mesmo Deus em que acreditou que o seu exemplo seja seguido e que a luz que emanou dele não se extinga.

Isabel II foi espelho de príncipes. Queira O mesmo Deus em que acreditou que o seu exemplo seja seguido e que a luz que emanou dele não se extinga.



Um momento monárquico no pensamento político-constitucional

PEDRO VELEZ

O pensamento político e constitucional conhece hoje o que se poderia denominar um momento monárquico. Recentes acontecimentos extraordinários com impacto histórico-mundial implicando a monarquia (nomeadamente, as celebrações fúnebres da Rainha Isabel II) têm dado origem a uma verdadeira explosão de reflexões no espaço público. Dir-se-ia, seguindo o ensinamento de um célebre publicista alemão, que na exceção se revela a verdade profunda das coisas.

Numa linha de antropologia filosófica, sugere-se que a realeza não deve ser vista “fria” como mero fenómeno institucional acidental de limitado alcance, mas como paradigma enraizado na condição existencial do homem, capaz de a expressar e de a representar. É que a monarquia pode responder a necessidades perenes da natureza humana: sedes ou fomes de identidade, de comunidade, de abertura ao simbólico, à transcendência e ao sagrado; de humanidade, de personalidade na relação com o poder político.

As referidas potencialidades da monarquia, relevantes em si e por si, ganham redobrada importância como contrabalanços equilibradores, numa sociedade individualista (uma «dissociedade»), «líquida», que tudo dessacraliza e, por isso, em estado de desencantamento. Daí também a recuperação da categoria de regime misto para dar conta da consistência própria do elemento monárquico em ordens políticas de base essencialmente democrática. Uma dimensão de autonomia de sentido a manter, ou mesmo a reforçar num plano de autoridade, sob pena de total descaracterização ou desnaturalização e, no limite, de anulação da instituição real.

Mesmo em sede de politologia mais racionalista, não têm faltado sofisticados ensaios mostrando vantagens comparativas das monarquias constitucionais, em termos de limitação da inclinação dos governantes passageiros para a onnipotência e a omnisciência, de acréscimo de responsabilização dos políticos perante um referencial permanente, da construção de lugares institucionais imunes ao poder e à influência do dinheiro. Estando também em causa um não negligenciável contributo para

a formação de capital social, com a disseminação do patrocínio régio de associações e iniciativas da sociedade em ordem ao bem comum. Na especial ligação existente entre monarca e povo, veiculando anseios e interesses de camadas atualmente pouco escutadas na bolha político-mediática, estaria outra das virtudes da realeza; algo assinalado pelo estadista trabalhista Clement Attlee, em célebres reflexões agora recuperadas.

“A monarquia pode responder a necessidades perenes da natureza humana: sedes ou fomes de identidade, de comunidade, de abertura ao simbólico, à transcendência e ao sagrado; de humanidade e de personalidade na relação com o poder político.”

Para leitura e aprofundamento da temática, destacamos apenas alguns escritos particularmente eloquentes, todos disponíveis online:

Sebastian Milbank, *God save the Queen*, em *The Critic Magazine*, 8 de setembro de 2022; Aris

Roussinos, *The mythic power of King Charles III*, em *UnHerd*, 12 de setembro de 2022. Sebastian Milbank, *The return of the sacred*, em *The Critic Magazine*, 13 de setembro de 2022. João Távora, *A pátria com figura humana*, em *Observador*, 15 de setembro de 2022. Ed West, *The rational case for monarchy*, em *Wrong Side of History* (blogue), 16 de setembro de 2022.

Celebre o Natal connosco!
Visite-nos em reallisboa.pt



Bloco de notas A5 com Armas Reais gravadas
Oferta de Estereógrafa



Isqueiro com Armas Reais



Porta-chaves em pele com Armas Reais gravadas



Cantil de Bolo com Armas Reais



Copos de Café com Armas Reais



Faça as suas compras da forma mais confortável. Faça a leitura deste QR Code

ENTOAR O DOCE

JOSÉ ADELINO

Dissertar em 2022 sobre aquela família do pensamento político português que se assume como fiel à Constituição política de 1385 e aos juristas da Restauração de 1640, implica comemorarmos a matriz da Constituição de 1822, lutando contra o fanatismo, a ignorância e a tirania.

Infelizmente, na cultura dominante em Portugal, incluindo alguns pretensos cultores da doutrina monárquica, permanece um profundo desconhecimento do essencial da autonomia do pensamento político português. Aquilo que Luís Cabral de Moncada qualificava como um “eco longínquo, a voz doutrinária de Vaz de Gouveia e dos juspublicistas da Restauração, de mistura com algo das ideias do novo evangelho político dos jusnaturalistas do século XVIII e das Constituições inglesa e norte-americana”.



Raramente se referem as efetivas leis fundamentais do reino, as que resultaram da “convenção expressa entre o povo e o Príncipe”, que “longe de deverem ficar em arcano e confusão, devem ser as primeiras, que mais se declaram, e se ponham em maior luz”.

Estou a citar o maior dos nossos constitucionalistas de todos os tempos e, conseqüentemente, o melhor dos nossos doutrinadores monárquicos: o portuense António Ribeiro dos Santos (1745-1818), lente de Coimbra, poeta neoclássico, como Elpino Duriense,

filólogo e bibliotecário-mor desde 1796. Foi ele que, como perito, na sequência da comissão criada por D. Maria I, um ano depois da morte de D. José I e do afastamento de Pombal, em 31 de março, visando, entre outras coisas, a criação de um código de direito público, enfrentou as teses de um defensor do absolutismo e do modelo pombalista, Pascoal José de Melo Freire.

Ribeiro dos Santos era, sem dúvida, um iluminista, mas marcado por um humanitarismo que se opunha tanto à mentalidade revolucionária da “tradução em calão” como da sua irmã-gêmea, do contrarrevolucionarismo reacionário e despótico.

Com efeito, na altura, o “antigo regime” vivia em equilíbrio instável, entre o despotismo estrangeirado e os

restos da representatividade medieval, quando importava fazer descer à cidade as ideias dos filósofos, transformando as abstrações em concretos normativos.

Ribeiro dos Santos era, sem dúvida, um iluminista, mas marcado por um humanitarismo que se opunha tanto à mentalidade revolucionária da “tradução em calão” como da sua irmã-gêmea, do contrarrevolucionarismo reacionário e despótico. Optava pelo meio termo não absolutista, mas consensualista, de reformar a partir das raízes, tradição que tinha sido arredada da família portuguesa e que só cerca de cinquenta anos depois irá renascer no estilo regenerador, à maneira de Alexandre Herculano e do constitucionalismo monárquico, dos que, abertos aos ventos da mudança, procuraram enraizar-se culturalmente no próprio corpo nacional.

Porque, “em um governo que não é despótico, a vontade do Rei deve ser a vontade da lei. Tudo o mais é arbitrário; e do arbítrio nasce logo necessariamente o despotismo...o Príncipe e a lei devem mandar uma mesma coisa, porque o trono e as leis têm a mesma origem, e dirigem-se a um mesmo fim”.

O objetivo fundamental de Ribeiro dos Santos era a defesa das leis fundamentais do reino, da matriz da nossa constituição histórica, as que “garantiam os direitos invioláveis, os foros e privilégios do corpo da nação e dos diferentes estados do reino.” Porque “os povos, constituindo os reis, lhes não transferiram absolutamente todo o poder e autoridade, que tinham, mas só lhes deram o poder de administração, fazendo-os primeiros magistrados e mandatários da nação; e a ela inteiramente sujeitos e responsáveis no seu governo”, onde as Cortes eram “um estabelecimento constitucional, fundado nos nossos antigos usos e costumes... que exigiam a concorrência da nação, ou dos seus representantes, no exercício do poder legislativo”.

Por outras palavras, defendia uma monarquia consensualista e representativa, conformada por uma constituição histórica e limitada pelos foros

NOME LIBERDADE

MALTEZ



tradicionais e por um direito superior aos povos e aos reis.

“Duzentos anos depois do vintismo continuamos a não ler os textos fundacionais de tal movimento que, conforme Joel Serrão, era “uma estranha revolução... nimbada pela auréola do conservantismo”

Quando, a partir de 24 de agosto de 1820, se desencadeia o vintismo que nos vai conduzir à primeira constituição escrita e codificada, desencadeia-se um novo ciclo. Como dizia um exaltado liberal, de origens maçónicas, Almeida Garrett: “antes da Revolução de 1820, Portugal tinha com efeito a sua Constituição; nem há Estado que a não tenha. Mas a antiga Constituição de Portugal era, demais, a mais livre e representativa, como a de todos os povos que dos conquistadores do Norte herdámos os princípios da monarquia limitada que por todo o Sul e Noroeste da Europa geralmente se estabeleceram quase desde a destruição do Império Romano”.

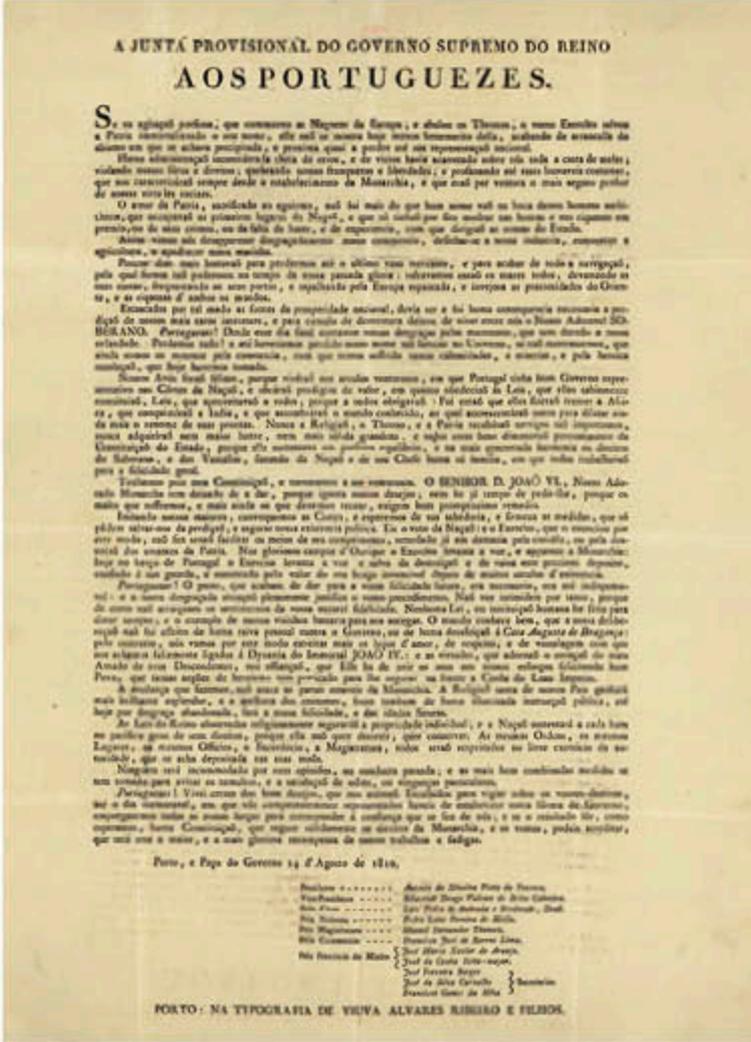
Essa Constituição, se era fundada “em sólidos e naturais princípios” como o da “base representativa” e da “derivação do poder real do princípio democrático”, tinha um grande defeito: “pecava na forma”, “carecia de regularidade, nexos e harmonia”, era “destituída de garantias e remédios legítimos para os casos de infração da lei positiva, ou aberração de seu espírito, forçosamente corria o perigo de ser mal conhecida, e esquecida da Nação, desprezada, portanto, e infringida pelo Governo”.

Com efeito, duzentos anos depois do vintismo continuamos a não ler os textos fundacionais de tal movimento que, conforme Joel Serrão era “uma estranha revolução... nimbada pela auréola do conservantismo”. Basta rermos a proclamação de 15 de dezembro de 1820, o “Manifesto da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino: “não é uma inovação, é a restituição de suas antigas e saudáveis instituições, corrigidas e aplicadas

segundo as luzes do século e as circunstâncias políticas do mundo civilizado; é a restituição dos inalienáveis direitos que a natureza lhes concedeu, como concede a todos os povos; que os seus maiores constantemente exercitaram e zelaram, e de que somente há um século foram privados, pelo errado sistema do governo, ou pelas falsas doutrinas com que os vis aduladores dos príncipes confundiram as verdadeiras e são noções de direito público. As cortês e a constituição não são coisa nova nestes reinos: são os nossos direitos e dos nossos pais...”.

Por outras palavras, os vintistas assumem-se como os fatores de um novo Quinto Império, procurando, simultaneamente, um regresso em ideias e uma vanguarda social e política, em nome da “liberdade, segurança e propriedade” dos portugueses, conforme o primeiro princípio da Constituição de 1822.

Aliás, cem anos depois, outro grande constitucionalista, o esquecido Magalhães Colaço, bem dizia que “a liberdade não desabrochava contra



o regime, nem contra o rei... ela ia apenas iluminar o quadro das nossas instituições antigas, e consumir a lembrança dos opressivos governadores do reino...". 1820 "não era uma revolução contra o rei: era uma restituição aos vassallos", era "uma restauração apenas".

Como dizia o mesmo Almeida Garrett: "escravos ontem, hoje livres; ontem autómatos da tirania, hoje homens, ontem miseráveis colonos, hoje cidadãos, qual seria o vil (não digo bem), qual será o infeliz que não louve, que não bendiga o braço heroico que nos quebrou os ferros, os lábios denodados que ousaram primeiro entoar o doce nome Liberdade?"

Infelizmente, há uma narrativa revolucionária, ou reacionária, a beleza da "lusitana antiga liberdade", a da monarquia constitucional.

Repetindo Garrett: "tal foi Portugal, tal o torna a ser", porque "das ruínas, das cinzas dum governo representativo se elevou o formidável colosso da tirania ministerial. Os Portugueses, declarados livres nas Cortes de Lamego e de Lisboa, foram escravos de homens vis, ambiciosos, iníquos, insaciáveis".

Acontece que certa doutrinação monárquica do século XX, anterior à geração de Henrique Barrilero Ruas e Gonçalo Ribeiro Teles, não leu suficientemente as lições de António Ribeiro dos Santos sobre o elenco das nossas leis fundamentais. Não reparou que, além das leis fundamentais escritas, havia leis fundamentais consuetudinárias, à maneira do modelo britânico, ainda vivo, nos dias de hoje.

Das leis escritas, as primeiras estavam no poema apócrifo das Atas das Cortes de Lamego, elevado a lei escrita depois de 1640, sobre a natureza do Governo e a ordem de sucessão da Coroa. Depois, as leis de 23 de dezembro de 1674 e de 15 de abril de 1698, sobre a tutela dos príncipes menores e a regência do reino.

Seguem-se as leis fundamentais não escritas, entendidas como "costumes gerais e notórios... introduzidos de tempo imemorial por consentimento tácito dos seus Príncipes, e dos estados do reino e

Acontece que certa doutrinação monárquica do século XX, anterior à geração de Henrique Barrilero Ruas e Gonçalo Ribeiro Teles, não leu suficientemente as lições de António Ribeiro dos Santos sobre o elenco das nossas leis fundamentais.

confirmados por uso constante e prática de ações públicas e reiteradas; que são aquelas, a que os nossos Reis costumam muitas vezes recorrer em suas leis e testamentos, dando-lhes o título de costume e estilo destes reinos...".

Perdoem-me esta recordação. Serve apenas para lamentar como ainda nos faltam lições sistemáticas sobre o antigo direito constitucional português, começando no próprio discurso de João das Regras, nas Cortes de Coimbra de 1385, conforme os registos brilhantes de Fernão Lopes.

Dá que importe terminar esta memória, recorrendo, mais uma vez a Ribeiro dos Santos, no seu elenco das leis fundamentais consuetudinárias:

- a profissão de religião católica;
- a indivisibilidade do reino;
- o benefício da representação na sucessão da Coroa;
- a indivisibilidade dos bens da Coroa;
- o estabelecimento dos três estados;
- o estabelecimento das cortes;
- o juramento dos reis na exaltação ao trono;
- a liberdade que tem o povo de se tributar;
- a estabilidade do valor da moeda;
- o provimento dos ofícios em naturais do reino;
- a data dos ofícios das Câmaras;
- a lei da sucessão "ab intestato" dos colaterais.



Por outras palavras, precisamos de lembrar e registar a verdade sobre uma comunidade política nascida no século XII, a do "nobre povo" que precisa de restaurar a república, para constitucionalmente lhe instaurar um rei da doce liberdade.

A Família como foco dos nossos serviços.



MFO Multi-Family Office dedica-se a cada família como um bem precioso. Planeamos e gerimos de forma integrada os vários serviços necessários ao bem-estar da sua Família:

MFO Services: Consultoria, fiscalidade, planeamento e promoção de atos empresariais, governação familiar e serviços de suporte.

MFH Saúde: Prestação de serviços personalizados de natureza médica por corpo clínico próprio.

MFO Seguros: Apoio direto ao cliente na mediação de seguros, assegurando as melhores condições com as mais importantes seguradoras do mercado.

MFO Real Estate: Consultoria, gestão imobiliária, gestão de obras, montagem e gestão de projetos, peritagens, e avaliações de imóveis.

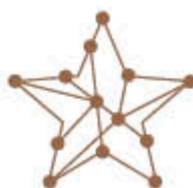
MFO Living: Apoio na integração de famílias em Portugal. Residência fiscal, habitação e apoio administrativo.

Junte o futuro da sua família ao nosso.

www.mfooffice.eu | geral@MFOoffice.eu

Rua Tierno Galvan, nº 10, Torre 3 | Piso 10 | Fração K
Amoreiras | 1070-274 Lisboa | Portugal
+ 351 211 389 398

MF Multi-Family Services, Lda. NIPC: 513704612.



MFO | Multi Family Office

A woman with dark hair, smiling, wearing a light-colored plaid suit jacket and matching skirt over a white shirt. She is standing outdoors in a garden or park setting with trees and foliage in the background. The lighting is bright, suggesting a sunny day.

**CONVIDADO
ESPECIAL**

**Rosa Morais
Sarmiento**

Presidente da Real Associação
de Trás-os-Montes

ENTREVISTA DE JOÃO TÁVORA

Quem é a Rosa Morais Sarmiento, fale-nos um pouco de si?

Eu nasci em Chaves, na rua 1º de Dezembro (!), há 76 anos. Sou filha de Pai e Mãe transmontanos. Tenho quatro filhos e três netos. Fiz o curso de Professores Adjuntos do 8º Grupo (abolido após o 25 de Abril), na Faculdade de Letras de Lisboa. Trabalhei um ano na secção editorial da livraria Civilização, no Porto, mas depois dediquei-me ao ensino até à minha reforma.

“ Não sendo a CAUSA REAL, nem querendo ser, um partido político, somos, contudo, da opinião que a mesma não pode nem deve manter-se alheada da continuada degradação da vida política nacional.

Onde cresceu, como se descobriu monárquica?

Sempre me senti monárquica. Cresci numa família monárquica. Um tio bisavô foi preso no dia 6 de Outubro de 1910; um tio avô, Sacerdote, esteve exilado na Galiza – ambos do lado materno; o meu bisavô, por parte do meu Pai, foi preso três vezes, duas na Relação do Porto e, a última, na cadeia do Limoeiro. Desde sempre ouvia contar estas histórias e os contornos que as envolveram, bem como os descabros do golpe republicano.

Como iniciou a sua militância na Real Associação de Trás-os-Montes (RATM)?

Iniciei a minha militância na Real Associação de Vila Real, aquando da junção das Reais Associações transmontanas – a Real Associação Nordestina e a Real Associação de Vila Real – aderi imediatamente ao projecto.

Qual a melhor recordação que guarda como militante da Causa?

É muito difícil, para mim, escolher a melhor recordação, pois foram muitas. Guardo, com especial gratidão, todas as visitas que SAR o Senhor Dom Duarte fez a Trás-os-Montes, que muito nos ajudaram a levar o projecto para a frente. Todas as reuniões da Direcção Nacional foram ocasião de aprendizagem para mim. O trabalho desenvolvido em Trás-os-Montes com as várias Direcções de que fiz parte desenvolveu em nós um espírito de companheirismo e de entrega.

Qual a maior dificuldade que vem encontrando na implantação da RATM?

A maior dificuldade é a extensão territorial. Há núcleos a mais de duzentos quilómetros de distância entre si, o que torna difícil a participação dos Associados, quando as actividades são realizadas na periferia. A própria Direcção tem alguma dificuldade em reunir os seus elementos.

Que mudanças para melhor e para pior sente na região de Chaves onde reside?

Não nos podemos esquecer que Chaves é a terra de António Granjo, optou pelo rei de Castela na crise de 1383/85, foi a única cidade de Trás-os-Montes que não aderiu à Monarquia do Norte... Não é um meio muito fácil de trabalhar, mas vamos tentar através das camadas mais jovens. A Juventude Monárquica do Porto já demonstrou interesse em nos ajudar.

O que aconselha os visitantes a descobrir na região de Trás-os-Montes?

Trás-os-Montes é riquíssimo, tanto em património histórico como paisagístico. Quanto ao primeiro, há que referir a profusão de vestígios arqueológicos que remetem para a Pré-história, mas também do período castrejo e medieval, contando com inúmeros castelos e outras construções defensivas. Em relação ao património paisagístico, temos a diversidade entre a Terra Quente e Terra Fria,

que, no fundo, se complementam e que ao longo dos séculos permitiram uma adaptação humana às desafiantes condições naturais, tornando a região “um reino maravilhoso”.

Quais as suas expectativas de futuro?

As minhas expectativas são de melhorar o nível de crescimento da nossa Real Associação e tenho muita esperança na nova Direcção, uma vez que estou demissionária.

Os transmontanos são sensíveis à mensagem monárquica? Porquê?

Até agora, encontrávamos maior sensibilidade em meios mais pequenos, em que as tradições e a História estão mais presentes. No entanto, é em meios urbanos que contamos com maior número de Associados.

O que é preciso fazer para cativar os jovens?

Em primeiro lugar, desmistificar o que aprendem na escola. Há muito a fazer para contrariar as ideias pré-concebidas sobre a figura do Rei e o papel da Monarquia, normalmente associadas a uma forma de governo ditatorial. Depois, há que difundir o ideal monárquico e as vantagens que um regime monárquico traria ao nosso país.

A melhor maneira de os cativar será sugerir-lhes causas em que possam empenhar-se, nomeadamente problemas sociais, ambientais, patrimoniais ou outras. É que os jovens são, por norma, muito generosos.

Daqui e Dali

“O Rei é a última esperança da Catalunha e do Reino das Espanhas enquanto Estado de Direito Democrático e Livre!”

António de Souza-Cardoso

JUBILEU DE OURO DE MARGARIDA II DA DINAMARCA

ANTÓNIO PINHEIRO MARQUES

Tal como a Rainha Isabel II, também Margarida II pela sua preparação quando passou a ocupar o lugar de imediata sucessora no trono e ainda, no seu caso, pela duração de um reinado de cinquenta anos, pôde usufruir de uma imensa experiência política

A filha primogénita do então príncipe herdeiro Frederico (depois Frederico IX) casado com a princesa Ingrid da Suécia, Margrethe Alexandrine Porhildur Ingrid, nasceu a 16 de abril de 1940. O nome islandês Porhildur, significando algo como “Batalha de Thor”, foi escolhido uma vez que o avô da princesa, Cristiano X, era também Rei da Islândia, tendo a união pessoal deste país com a Dinamarca terminado em 1944. Devido à lei de sucessão então vigente, a possibilidade de a princesa vir a suceder no trono não se colocava pois poderia nascer um irmão e, em todo o caso, o Príncipe Frederico (com três filhas) tinha um irmão que viria a tornar-se seu herdeiro presuntivo em 1947, quando subiu ao trono.



Preparação académica

A jovem princesa tornou-se fluente em inglês, francês, sueco e alemão, tendo concluído os estudos de Filosofia na Universidade de Copenhaga e de Arqueologia na Universidade de Cambridge, onde se diplomou em Arqueologia da Pré-história, em 1961. O interesse pela arqueologia vinha-lhe da adolescência, tendo acompanhado o avô, Gustavo VI Adolfo da Suécia, em várias escavações arqueológicas, em Itália. Frequentou até 1965 a universidade dinamarquesa de Aarhus, a Sorbonne e a London School of Economics, de forma a completar a sua formação, como futura chefe de estado, na área das Ciências Políticas.

A Rainha e a vida política

A Dinamarca está dotada de uma monarquia

constitucional, desde a aprovação da Lei Fundamental em 1849, e de uma democracia parlamentar que se desenvolveu e consolidou desde o início do século XX. O texto constitucional atual data de 1953, resultante de uma revisão significativa e aprovada em referendo e em que, entre outras alterações, foi introduzida a possibilidade de sucessão feminina no trono. O princípio do parlamentarismo, já existente desde 1901, ficou mencionado explicitamente e foi suprimido o *Landstinget* (câmara alta), reduzindo o parlamento a uma só câmara.

Tal como a Rainha Isabel II, também Margarida II pela sua preparação quando passou a ocupar o lugar de imediata sucessora no trono e ainda, no seu caso, pela duração de um reinado de cinquenta anos, pôde usufruir de uma imensa experiência política, tanto no plano externo, com o esforço de recuperação do pós-guerra, as crises do petróleo em 1973 e a da energia em 1979, ou o reforço das instituições europeias, e ainda as transformações políticas, económicas e sociais, como a consolidação e expansão do estado de bem-estar social, que se foram verificando na Dinamarca.

Margarida II detém funções essencialmente cerimoniais, sendo os poderes que lhe estão atribuídos exercidos em seu nome pelos ministros responsáveis perante o parlamento, o *Folketing*. Num país com um sistema partidário muito fracionado (atualmente

“O texto constitucional atual da Dinamarca data de 1953, resultante de uma revisão significativa e aprovada em referendo no qual, entre outras alterações, foi introduzida a possibilidade de sucessão feminina no trono.”

treze partidos políticos têm representação parlamentar), as coligações têm vindo a ser a solução, como se verificou nas últimas três décadas. A participação real na formação do

governo consiste na *dronningerunde* (ronda da rainha), em que a monarca recebe os representantes dos partidos políticos para determinar qual o líder com apoio de uma maioria parlamentar e que, por consequência, é incumbido de constituir governo.

Aos dezoito anos a princesa herdeira passou a fazer parte do Conselho de Estado, órgão que é formado pelos ministros e cujas reuniões são presididas pelo monarca ou, no seu impedimento, pelo seu sucessor. Neste conselho são discutidos todos os assuntos de importância na governação do país e aí é dado o assentimento formal do soberano à legislação aprovada pelo parlamento. Margarida participou nestas reuniões que presidiu nas ausências do Rei Frederico IX. Já rainha teve nove primeiros-ministros e vinte e quatro governos, de diferentes quadrantes políticos, até à atualidade.

No plano político interno, Margarida II viu alterações na estrutura do Reino da Dinamarca, com a Gronelândia a obter autogoverno em 1979 e poderes reforçados em 2009, depois de um referendo, e as Ilhas Faroé, com autogoverno desde 1949, a receberem competências alargadas, em 2005. As Faroé mantêm representantes diplomáticos, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, em várias capitais: Bruxelas, Londres, Moscovo, Pequim e Tel Aviv e ainda uma Representação em Copenhaga, que coordena as relações entre as Ilhas e o governo do Reino da Dinamarca. Por seu lado, a Gronelândia tem representantes em Bruxelas, Reiquiavique, Washington e Pequim e, pelos mesmos motivos que as Ilhas Faroé, em Copenhaga. No atual reinado também se verificou uma reestruturação do poder local na Dinamarca.

A Rainha Margarida II ao longo destes cinquenta anos, no plano da representação externa, recebeu cinquenta e oito visitas de Estado e efetuou cinquenta e seis, tendo vindo a Portugal em 1984.

Em 1973, a Dinamarca entrou para as Comunidades Europeias. A situação especial das suas ilhas do Atlântico teve como consequência que as Faroé não pertençam à União Europeia, enquanto que a Gronelândia depois de ter aderido em 1973 às Comunidades Europeias, com a Dinamarca, veio a sair em 1985. Atualmente faz parte dos Países e Territórios Associados da União Europeia. Tanto na Gronelândia como nas Faroé existe uma diversidade política de relevo com partidos unionistas, secessionistas e mesmo republicanos, mas em ambos os países as visitas da sua soberana são momentos altos da vida nacional, com a participação entusiasmada da população.

Relativamente à sucessão ao trono, foi aprovada em 2008 a lei introduzindo a sucessão por primogenitura absoluta, aprovada em referendo. Em Setembro de 2022, numa decisão muito comentada, Margarida II suprimiu os títulos de príncipe e o tratamento de Alteza dos netos, filhos do seu segundo filho. Não foi dada uma explicação para esta medida, mas a rainha parece seguir a tendência atual para limitar o número de membros das Casas Reais (como é possível venha a acontecer no Reino Unido) e a exemplo do já sucedido na Suécia, onde o seu primo Carlos XVI Gustavo também reduziu o número de membros da sua Casa. Nos dois países todos continuam, como não poderia deixar de ser, como membros da família do monarca.



Opiniões conhecidas

Respeitadora das convenções que regem o comportamento de um monarca constitucional, Margarida II, soberana de convicções fortes, encontrou uma forma adequada de comunicar o seu pensamento. Por um lado, nas suas mensagens de Natal, momento que merece a atenção nacional, fazendo parar o país para a ouvir em cada ano, mas também através de livros e para só mencionar dois “Samtale med dronning Margrethe”, em 1979 (Conversa com a Rainha Margarida) e “Queen In Denmark: Margrethe II talks about her life”, este publicado em 1988 (Rainha na Dinamarca: Margarida II fala da sua vida) ou em entrevistas em que vai exprimindo a sua forma de ver a Dinamarca e a sociedade contemporânea.

Numa elucidativa entrevista à revista alemã “Der Spiegel”, em 2016, lembrou que as famílias reais são “constantes num mundo em permanentes mudanças” e que os monarcas estão conscientes destas mudanças sem procurar interferir. Abordando os problemas da imigração mencionou que o país tinha mudado de “uma curiosidade amigável para o cepticismo” sobre este tema.

Também em 2016, foi publicado, em colaboração de Margarida II com Thomas Larsen, o livro “De Dybest Rødder – Dronningen fortæller om Danmark og danskerne” (As raízes mais profundas – a Rainha fala sobre a Dinamarca e os dinamarqueses), um percurso pela história e sociedade dinamarquesas, desde os tempos dos viquingues à atualidade.

A Rainha e a Igreja

A rainha, de acordo com a Constituição, deve professar a religião evangélica luterana. Embora não detenha poderes dentro da Igreja da Dinamarca é considerada a sua Cabeça. Margarida II gosta de falar da profundidade da sua fé e da importância do luteranismo e da sua influência na sociedade dinamarquesa. A soberana considera que a fé a aproxima das outras pessoas mesmo com convicções diferentes. Em 2021, foi noticiado que estava a acompanhar o neto, Cristiano, filho mais velho do príncipe herdeiro Frederico, na sua preparação

A Rainha Margarida II ao longo destes cinquenta anos, no plano da representação externa, recebeu cinquenta e oito visitas de Estado e efetuou cinquenta e seis, tendo estado em Portugal em 1984.

para a confirmação, momento importante da religião luterana. Por ocasião das comemorações do 5º centenário da Reforma, Margarida II ofereceu um frontão de altar (que bordou durante cerca de seis meses) à capela do castelo de Vitemberga, em cerimónia que contou com a presença do Presidente da Alemanha.

A Rainha e as Forças Armadas

A princesa Margarida foi voluntária no serviço feminino, criado em 1953 na Força Aérea Dinamarquesa, tendo tido patentes de cabo e tenente.



Por outro lado e devido às fortes ligações com a Grã-Bretanha, Margarida II foi nomeada em 1972 coronel do *Queen's Regiment* e também, em 1992, do *Princess of Wales's Regiment*.

O comando supremo das Forças armadas corresponde à monarca, sendo exercido de facto pelo governo. Margarida II e a sua família participam regularmente nos actos das Forças Armadas com as quais mantêm laços muito fortes: o Rei Frederico IX formou-se na Real Academia Naval, o Príncipe Frederico cumpriu o serviço militar nos três ramos das Forças de Defesa e o Príncipe Joaquim estudou na Real Academia Militar e prestou serviço no Exército dinamarquês.

A Rainha, as Artes e as Letras

Neste verão, em Cahors, próximo do Château de Cayx, residência real de férias em França, foram inauguradas duas exposições: "Margarida II, artista-rainha" com setenta obras e uma outra de ilustrações para o livro de Tolkien "O Senhor dos Anéis". Foram as mais recentes de uma longa série de quarenta exposições na Dinamarca e no estrangeiro realizadas



Desde a sua subida ao trono em 1972, Margarida II contribuiu para o significativo aumento da popularidade da monarquia; na atualidade, a rainha e a instituição que representa mantêm níveis de aprovação muito elevados, entre os 80 e os 90 %.

desde os anos oitenta, incluindo várias no Japão, China e Itália, algumas em parceria com o Príncipe Henrique (uma delas com o evocativo nome "Pas de Deux"), para quem ilustrou "Cantabile", a sua coletânea de poesia.

A obra artística da soberana, que em parte se encontra exposta permanentemente na Dinamarca (em Aarhus, em Køge e na Galeria Nacional) abrange pintura, desenho, ilustrações para livros, cenários e figurinos para teatro, cinema e ballet, e também bordados e paramentaria. Além de catálogos das exposições, encontra-se publicado o livro "Margrethe II, sketches and complete works", 1970-1988.

A crítica aguarda com expectativa a estreia em 2023 do filme "Ehregard", do cineasta dinamarquês Bille August, uma adaptação do livro de Karen Blixen, com a colaboração de Margarida II na produção artística e cenografia. Já anteriormente colaborara nos filmes "Rainha da Neve" em 2000 e "Cisnes selvagens" em 2009.

Interessada por literatura, Margarida II traduziu para dinamarquês em colaboração com o marido "Tous les hommes sont mortels" de Simone de Beauvoir. Traduziu igualmente obras do sueco Stig Strömholm e do escocês Erik Linklater.

Popularidade

Margarida foi muito popular praticamente desde o seu nascimento, ocorrido uma semana depois da entrada das tropas alemãs na Dinamarca. A resistência dinamarquesa adoptou a flor com o nome da pequenina princesa como símbolo que se divulgou muito rapidamente.

Depois de 1953, a princesa adolescente foi adquirindo uma popularidade crescente, em parte pela sua cativante personalidade e devido ao interesse crescente da opinião pública pela sua futura rainha e também, certamente, por um casamento surpreendente. Margarida foi a primeira de entre os então futuros monarcas nórdicos a casar fora do círculo das famílias reais, em 1967, com Henri de



Montpezat, diplomata colocado na Embaixada de França em Londres, a quem conheceu quando era estudante universitária naquela cidade. Desde então os casamentos de pessoas na linha de sucessão só necessitam da aprovação real, concedida em reunião do Conselho de Estado.

Quanto ao seu papel como soberana, Margarida II entende a sua subida ao trono por obra do acaso biológico, como primogénita de Frederico IX, e considera a sua atuação facilitada uma vez que



durante mais de cinco séculos (desde os tempos da primeira Margarida) a Dinamarca não tivera uma rainha, não existindo precedentes nem termos de comparação. Esta sua modéstia parece desvalorizar a presença permanente e a dedicação enorme ao serviço da Dinamarca e dos dinamarqueses de que tem feito prova e que são unanimemente reconhecidas.

Desde 1972, Margarida II contribuiu para o significativo aumento da popularidade da monarquia. Na atualidade, a rainha e a instituição que representa mantêm níveis de aprovação muito elevados, entre os 80 e os 90 %. As sondagens revelam que a maioria dos dinamarqueses querem que permaneça no Trono, mesmo os que consideram que o príncipe herdeiro está muito bem preparado, desempenha exemplarmente as suas funções e será um bom rei.

Numa das monarquias mais antigas da Europa, que faz parte da lista dos dez países mais inovadores do mundo (e em 1º lugar em transparência e em 5º nas democracias mais fortes do mundo), Margarida II é sucessora de cinquenta e seis reis e descendente de Gormo, o Velho, considerado o primeiro rei da Dinamarca, no século X, e de seu filho Haroldo I (*Harald Blåtand* "Dente Azul"). Em memória dos esforços de unificação e de criação de elos entre as tribos do norte de Haroldo I foi criado o atual sistema de comunicação Bluetooth.

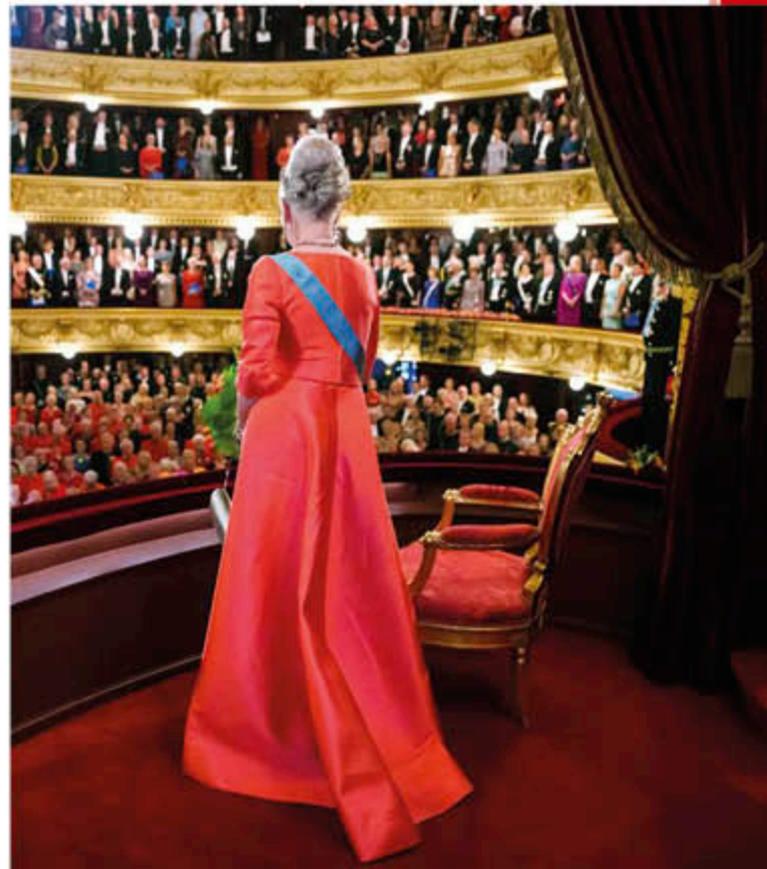
As comemorações do Jubileu de Ouro

Iniciadas a 14 de janeiro de 2022, com uma reunião especial do Conselho de Estado, no dia em que se cumpriam os 50 anos da subida ao trono da Rainha Margarida II, seguiu-se-lhe no Palácio de Christiansborg uma sessão especial do Parlamento, acto em que a primeira-ministra ofereceu em nome do Folketing e

do Governo uma peça (arte de pavimento) para ser colocada no centro cultural "Casa do Atlântico Norte", simbolizando os laços entre a Dinamarca, as Faroe e a Gronelândia. Ainda a 14 de janeiro, Margarida II e a família real depuseram coroas de flores no túmulo dos Reis Frederico IX e Ingrid, em Roskilde, catedral que é panteão dos reis dinamarqueses.

O programa de comemorações incluiu exposições de jóias da coleção real e dos figurinos para ballet desenhados por Margarida II, a emissão de selos de correio na Dinamarca, Faroe e Gronelândia e a cunhagem de moedas e medalhas comemorativas, bem como deslocações da soberana pelo país e ainda a homenagem da Câmara Municipal de Copenhaga e uma celebração de Ação de Graças na catedral de Santa Ana, também na capital. Alguns actos previstos foram canceladas quando do anúncio da morte da Rainha Isabel II.

O Jubileu de Ouro ficou marcado pela multiplicidade e relevo das comemorações e pelas demonstrações do muito afecto e admiração do povo dinamarquês pela sua soberana, atualmente a única rainha reinante em todo o mundo e decana dos chefes de estado europeus.





ENTREVISTA A

José de Bouza Serrano

Entrevista coordenada
por João Távora

Há uma identificação muito forte das famílias reais com a história e a essência cultural de cada um dos países que representam ao mais alto nível, como chefes de Estado.

José de Bouza Serrano nasceu em Lisboa a 20 de julho de 1950. Actualmente com três filhos e dois netos, licenciou-se em Direito, tendo ingressado na carreira diplomática em 1978. Quis o destino que fizesse a sua carreira colocado em embaixadas de países monárquicos, como Espanha, Bélgica, Vaticano, Dinamarca ou Holanda. Foi chefe do Protocolo do Estado e inspetor-geral da Inspeção-geral Diplomática e Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, funções em que se reformou em 2020. A sua sensibilidade política e carreira profissional moldaram o seu coração monárquico. Profundo conhecedor das famílias reais europeias e das transformações que essas instituições vêm revelando na exigente adaptação aos tempos modernos e expectativas dos seus povos, José de Bouza Serrano é frequentemente convidado pelas televisões para comentar estes assuntos. Da sua pena encontram-se publicadas 3 importantes obras na editora Esfera dos Livros, nomeadamente “O Livro do Protocolo” de 2011, “As Famílias Reais nos nossos dias” de 2018, e mais recentemente “A Viúva de Windsor” dado à estampa no passado mês de Setembro, por coincidência por altura da morte da Rainha Isabel II.

Quer falar-nos sobre este seu último livro “A Viúva de Windsor”, qual o contexto e propósito?

Este livro surge como um desafio do meu Editor, Francisco Camacho, da LEYA, há cerca de um ano e meio. Eu tinha feito “O Livro do Protocolo” e “As Famílias Reais dos nossos dias” com a “Esfera dos Livros”, que deixaram Portugal para regressarem a Madrid. Foi um projecto muito interessante, pois nunca tinha escrito uma biografia e, ainda por cima, duma figura icónica à escala planetária, um longo e irrepitível reinado que se prolongou do século XX até aos nossos dias. O ponto de partida é a morte do Príncipe Filipe no Castelo de Windsor, a poucas semanas de perfazer um século de existência e após 73 anos de matrimónio. O título foi-me sugerido pelo poema de Rudyard Kipling, “The Widow at Windsor”, dedicado à longeva Rainha Vitória. Após a crónica de uma viuvez até ao Jubileu de Platina, vou percorrendo o caminho que fez da Princesa Isabel de Iorque, uma Rainha improvável, a segunda na linha sucessória, com a abdicação do seu tio David, Eduardo VIII, e a entronização de seu pai como Jorge VI. Analisando cronologicamente o seu reinado, acrescento a sua descendência e os problemas daí decorrentes, como mãe, rainha e Chefe da Igreja Anglicana. Não poderia omitir um capítulo dedicado à sua única irmã, a Princesa Margarida, de quem era muito próxima. Concluo com um capítulo “Na plenitude dos tempos”, que pretende desenhar e prever alguns aspectos da sua inevitável sucessão, que veio a verificar-se, infelizmente, quando o livro já estava terminado.

Enquanto diplomata, conheceu de perto várias

monarquias europeias. Poderia falar-nos um pouco das semelhanças, mas também das diferenças e curiosidades no que toca aos papéis e às actuações dos respectivos monarcas e famílias reais?

Até há poucos anos, a Realeza era o núcleo mais elevado da nobreza europeia, com regras estritas e próprias e uma educação semelhante, desde o seu nascimento, para todos os seus membros, aliás parentes entre si. Compunham a primeira parte do famoso Almanaque de Gotha, elenco de todas as casas reinantes e a sua descendência. Para além da diferença religiosa (católicos no sul e protestantes no norte do continente europeu) as duas guerras mundiais reduziram a 10 o número actual das monarquias existentes (a que devemos acrescentar o Vaticano e a Ordem Soberana e Militar de Malta - que são monarquias electivas e o sistema de Andorra com dois co-príncipes, um dos quais o presidente da república francesa).

Todas elas (salvo o Principado do Liechtenstein) são democracias constitucionais e parlamentares, em que os soberanos reinam mas não governam. Correspondem, igualmente, ao grupo dos países mais desenvolvidos e ricos do mundo.

Presentemente verificou-se uma mudança de paradigma no que toca aos matrimónios reais, mesmo os dos herdeiros aparentes dos tronos, que preferem escolher fora do grupo familiar ou dos seus pares, os consortes que os acompanharão na difícil tarefa de, quando for caso disso, reinar e assegurar a descendência das dinastias a que pertencem. E, de uma forma geral, podemos dizer que esta opção por “casamentos de amor” com plebeus e plebeias, nacionais ou estrangeiros, não tem dado mau resultado, em geral, no panorama monárquico europeu. O denominador comum é, como se disse, reforçar a instituição real, fornecer herdeiros à coroa e assegurar o serviço e acorrer às aspirações dos seus súbditos, que se revêm, há gerações, nas pessoas dos seus monarcas. Há uma identificação muito forte das famílias reais com a história e a essência cultural de cada um dos países que representam ao mais alto nível, como chefes de Estado. Embora todos com uma exigente “forma comum” e parentes entre si, cada casa real tem exercícios diversos forjados nos séculos do ofício de reinar.

Parece-lhe que as instituições reais podem contribuir para reforçar o prestígio e a importância dos grandes corpos do Estado, designadamente do corpo diplomático?



De uma forma geral, podemos dizer que esta opção por “casamentos de amor” com plebeus e plebeias, nacionais ou estrangeiros, não tem dado mal resultado, em geral, no panorama monárquico europeu.

Certamente que as instituições reais têm na sua essência o conhecimento de todos os ingredientes de tradição, educação, protocolo e cultura que podem ser utilizados, com benefícios óbvios, nas instituições das repúblicas. Acontece com vários membros das casas reais europeias, mesmo não reinantes, serem convidados pelos respectivos governos para colaborarem com a representação externa de vários países, como recorde ser o caso do Corpo Diplomático austríaco e húngaro (v.g.).

Acontece com vários membros das casas reais europeias, mesmo não reinantes, serem convidados pelos respectivos governos para colaborarem com a representação externa de vários países, como recorde ser o caso do Corpo Diplomático austríaco e húngaro.

Tendo em conta a sua grande experiência enquanto servidor da Grei, julga que o Estado português ganharia, no plano interno e na dimensão da sua acção externa, com um maior reconhecimento público da (sua) família real?

Estou certo de que seria muito útil para todos nós um conhecimento aprofundado e a colaboração de alguns dos membros da nossa família real no plano interno e externo, partindo do princípio que são um trunfo histórico, social e cultural da nossa História. A monarquia deve ser vista sempre como uma “reserva da república”, um núcleo de Serviço ao seu País, atento às preocupações dos seus concidadãos, cujos membros ganham em ser mais conhecidos e participativos no quotidiano dos portugueses que realmente somos.

Transcrevo aqui o que escrevi em 2018, no meu livro “As Famílias Reais dos nossos dias” (Pág. 230): “Mesmo aquelas famílias cujos tronos estão vazios e cujas dinastias já não são reinantes, podem exercer um enorme poder de influência e fascínio sobre os governantes e altos funcionários das repúblicas onde ainda habitam. A sua dignidade intrínseca e o serviço público que prestam aos países de origem, provocam admiração e aplauso de muitos políticos, tal a identificação e simbologia com a história colectiva que encarnam.”

O que conhece do movimento monárquico em Portugal e quais as suas expectativas quanto ao mesmo?

Espero, francamente, que cresça e se multiplique, que não seja uma ideia ou um conceito só cultivado por uma parte da sociedade portuguesa, vista muitas

vezes como uma causa saudosista e tradicionalista e, consequentemente, sectária.

O que pode fazer a Causa Real para melhor promover a família real?

Promover e identificar a família real com os interesses permanentes de Portugal no mundo, um país que no século XXI pertence à União Europeia e à NATO, que faz igualmente parte da CPLP e tem, na Língua Portuguesa, um veículo privilegiado de cultura e desenvolvimento.

Das monarquias que conheceu, quais aquelas que sente possuírem um papel social e político mais relevante?

Em todas as monarquias constitucionais e parlamentares em que vivi, os soberanos reinam mas não governam, como se disse. Mas são, sobretudo, o símbolo de unidade nacional, uma referência intemporal às histórias nacionais e o cimento da nação. As várias gerações foram-se identificando com as pessoas reais suas contemporâneas e, quando se casa um príncipe ou uma princesa, todos recordam os momentos do seu nascimento, o casamento dos pais ou avós, a sua presença no quotidiano de todos e de cada uma, pelas imagens repetidas pela comunicação social, que sempre os assimilam às alegrias e tristezas do seu povo. Cada família real tem uma série de causas a que dá visibilidade, pela sua intervenção e exemplo ao mais alto nível nos diversos países, sobretudo as rainhas consortes, que preenchem segmentos desfavorecidos ou preocupantes das sociedades dos respectivos países. Para a Rainha da Suécia e a de Espanha, a par com muitas outras causas, está o apoio e a chamada de atenção às doenças raras e sanidade mental. A Rainha da Holanda, ligada à ONU, intensifica o apoio à divulgação dos Mini-Créditos, para promover a condição social das mulheres nos países mais pobres, como a Grã-Duquesa do Luxemburgo. Outras, como a Rainha da Noruega, dirigem sua acção e angariação de fundos para o combate contra a droga ou substâncias aditivas ou a divulgação cultural, como a Rainha Emérita de Espanha, que faz da música a sua bandeira.



Como se têm adaptado as monarquias ocidentais aos desafios políticos da actualidade e aos tempos mais modernos? Pode dar-nos exemplos das reformas mais significativas?

Uma preocupação geral é a noção de exemplaridade e de transparência, seja com as listas civis, o pagamento de impostos sobre os bens próprios ou as comitivas mais reduzidas nas deslocações ao estrangeiro (v.g.). Uma tendência generalizada que corresponde à preocupação de não sobrecarregar o erário público com contribuições excessivas para todos os membros da família real, que foi recentemente introduzida pelo Rei da Suécia, é reduzir o número de elementos da casa real: assim, o núcleo duro da dinastia, soberanos reinantes, herdeiros aparentes e seus imediatos descendentes dinastas, fazem parte da Família Real. Para além destes, os restantes filhos, consortes e netos, são família do Rei, mantendo os seus títulos mas sem receberem subvenções da lista civil. Já a rainha da Dinamarca (agora a única soberana há mais tempo em funções), determinou que, para além da linha sucessória primogénita manterá (por enquanto) as suas dignidades e tratamentos, mas a descendência do herdeiro não dinasta, não poderá ter tratamento de Alteza Real nem receber qualquer verba da lista civil. Serão simplesmente Condes de Monpezat (título paterno legalizado na Dinamarca), com tratamento de Excelência, o que constituiu uma desagradável surpresa para quem nasceu alteza real.

Considera que as monarquias actuais, possivelmente com excepção da britânica, têm vindo a perder muito em termos de cerimonial? Quais as consequências que daí podem vir?

Não creio, pois cada país mantém as suas celebrações anuais, civis ou religiosas, inspirados no seu cerimonial tradicional e na incontornável "PAGENTRY" britânica, em que todos se revêm. No entanto, as monarquias do norte reduzem e simplificam o cerimonial para não contrastar com a simplicidade da vida dos seus concidadãos. Mas os uniformes, as guardas de honra, as mesas de aparato dos banquetes de Estado ou o número de cavalos ou os cortejos reduzem-se a percursos mais curtos, mas mantendo uma dignidade protocolar. Recordo-me que, quando apresentei credenciais à Rainha Margarida, em Copenhaga, o coche com o gentil-homem da corte veio buscar-me à Chancelaria

(que era muito mais perto do palácio real do que a residência) e o meu secretário e o conselheiro comercial que me acompanharam, viajaram atrás, no automóvel da embaixada. Este pequeno núcleo parava nos sinais vermelhos e, à vista dos portões do palácio, vindos de uma rua lateral, juntou-se uma escolta de seis elementos a cavalo, que rodearam o coche, e assim entrei no pátio, seguido dos meus colaboradores.

Que futuro antevê para as monarquias liberais no contexto da atomização social e crescente tribalização dos indivíduos em micro-causas extremamente conflituais?

A essência das monarquias liberais (com exclusão, talvez da Espanha, que é uma monarquia instaurada por Franco na pessoa de Dom João Carlos I) não se revela, no meu entender, em crise relativamente às divisões ou "tribalização" das respectivas sociedades. Todas as restantes 9 monarquias perfazem sociedades com um grande desenvolvimento económico, prósperas, que têm os principais problemas sociais resolvidos e estão orgulhosos da estabilidade dos seus sistemas políticos e apreciam os seus soberanos, elos de cadeias humanas seculares cujos titulares estão sujeitos a escrutínio diário mas que correspondem à essência de cada nação. Em sociedades modernas, em constante mutação, existe sempre o perigo de "atomização social" e aparecimento de "tribos". Mas o bem-estar alcançado com os sistemas eleitorais de onde sai um parlamento e um governo que deve responder às aspirações dos cidadãos e a solidez económica e política das instituições dessas sociedades, contrapõem-se à tentação das derivas oportunistas de certos sectores minoritários.

Considera que as monarquias europeias têm conseguido cativar as novas gerações, nas diferentes realidades que conhece?

Em geral sim, pois desde as mais tenras idades, nas escolas, igrejas, comunicação social, associações desportivas desses países, a figura do soberano ou soberana Chefe de Estado é uma referência diária e permanente uma figura tutelar e respeitada pelos seus súbditos ou concidadãos com a qual se sentem identificados e representados.



As cerimónias da Rainha geraram um interesse generalizado pela monarquia, mesmo em Portugal. Acha que isso quer dizer alguma coisa sobre a nossa preferência de regime?

Alguma coisa devemos ter no nosso ADN, até porque os presidentes são normalmente reeleitos para um segundo mandato, para prolongar o exercício da mais alta magistratura do Estado na mesma pessoa, a continuidade que só uma monarquia dá. E Portugal, em cento e poucos anos de república, tem, felizmente, inúmeros vestígios de quase oito séculos de monarquia. Ou seja, no fundo, devemos muito mais da nossa existência como país, aos nossos reis.

Quando o Dr. Mário Soares morreu, e que foi sempre um homem muito respeitado, houve uma comoção na classe política, mas as ruas estavam vazias. Qual o significado disto?

Ao republicano Dr. Mário Soares os monárquicos devemos uma coisa muito importante cuja dimensão muitas vezes esquecemos: o ter podido casar o Chefe da Casa Real Portuguesa com a maior dignidade e da forma como decorreram todas as cerimónias, nos Jerónimos, em Queluz no passeio no Tejo, com todos os programas para os vários príncipes estrangeiros. Ele próprio disfrutou imenso da cerimónia em Belém.

Os políticos são para um ou dois mandatos. Podem até manter a permanência em degraus diferentes da organização republicana, chefiando o governo ou o mais alto magistério da nação. Mas encarnam a transitoriedade, tornam-se senadores do regime e debitam alguns avisos à navegação política dos seus sucessores, podem cobrir uma ou mais gerações, deixar saudades, respeito ou mesmo grande admiração. Mas uma dinastia e os seus representantes são a continuidade histórica ancestral que se confunde com a própria fundação do país e, embora não sejam eleitos, encarnam a essência da nossa identidade, em que os seus avós reinavam sobre os nossos antepassados.

Na sua opinião, a ligação do povo com o seu Rei e o seu País é maior num regime monárquico?

Certamente, o soberano é o mediador por excelência. Entre os corpos constituídos, os grupos de interesses, entre "as facções e as funções" e os próprios súbditos. E, no conceito arcaico, abandonado pelas monarquias constitucionais e parlamentares, entre Deus e os seus súbditos. O Rei/Rainha tem dois rostos, um virado para o passado (sucessor) e outro para o futuro (percursor), é o pai e o esposo da nação. Ambos (Rei e Presidente) podem reunir as forças políticas de esquerda e direita num país, para daí criar um resultado... Mas nas repúblicas o resultado é efémero, depende de quem está na magistratura do Estado naquele momento ou naquele mandato.

Diz-se que tem na calha o projecto duma nova obra

"Os tronos vazios", que acreditamos abordará o caso português e a Família Real Portuguesa, assunto que interessa especialmente aos nossos leitores. Quere falar-nos desse projecto? Já tem editora?

A essência das monarquias liberais (com exclusão, talvez da Espanha) não se revela, no meu entender, em crise relativamente às divisões ou "tribalização" das respectivas sociedades

Na minha anterior editora, a "Esfera dos Livros", depois

das Famílias Reais dos nossos dias" tinha intenção de escrever outro livro sobre as restantes famílias reais europeias que perderam os seus tronos, no seguimento das 10 reinantes em exercício. Claro que começaria pela Casa Real de Bragança, passando pelos Saboias, Habsburgos, Orleães, Romanovs, Prússia e todo o elenco dos múltiplos "Tronos Vazios", cujos descendentes residem nos respectivos países ou no exílio. Mas os responsáveis da "ESFERA" regressaram a Madrid e o projecto não teve continuidade.

A minha editora agora é a LEYA, para quem escrevi a "Viúva de Windsor".

Uma mensagem de esperança para os monárquicos portugueses?

Não é fácil a tarefa que espera os monárquicos portugueses. É urgente e indispensável trazer à agenda política a questão do regime, acordar os políticos e as populações para a enorme potencialidade da monarquia na organização do nosso país, que tanto deve aos seus reis. A figura do Príncipe e da Família Real tem de ser conhecida por todos os portugueses, pelo que a sua acção e presença não pode ser sectária ou ligada a determinados grupos, mas antes transversal a toda a sociedade, aberta a todos, sem preconceitos religiosos, políticos ou sociais. É sua função comungar com os interesses permanentes de Portugal, divulgar e enaltecer o património "que está esquecido em sofrimento". Para a nova geração dos Príncipes, conscientes do país que somos, é necessário estar atenta onde os outros falham, nas possibilidades, os problemas ambientais e de desenvolvimento, e uma atenção particular aos oceanos, já que o nosso passado de navegantes descobridores nos impõe essa importante opção de futuro, onde poderemos ter de novo, uma importância acrescida.



NOTÍCIAS DA JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA



A Universidade de Verão e mais algumas actividades recentes da Juventude Monárquica Portuguesa

Os últimos meses da JMP foram de árduo trabalho e dedicação.

Ainda em Maio, promoveu-se a conferência organizada pela SHIP, com o título "Regenerar o Oceano", a qual teve como um dos oradores S.A.R. o Príncipe da Beira, D. Afonso de Bragança.

Na transição para o Verão, destaca-se o lançamento de mais um episódio do Podcast da JMP, com o título "A Voz do Reino", ao qual o Presidente Sebastião de Sá-Marques concedeu uma interessante entrevista. No dia 10 de Julho, deu-se, na Quinta da Picançeira, em Mafra, o Convívio de Verão da Juventude Monárquica, patrocinado pela Sagres e com o apoio da Causa Real, o qual contou com

Mello, José Tomaz Castello Branco, Manuel Monteiro, José Ribeiro e Castro, o Deputado Pedro Anastácio, o Presidente do CNJ, Rui Oliveira, o Presidente da CAP, Eng. Eduardo Oliveira e Sousa, Teresa Côrte-Real, Miguel Baumgartner e Nuno Pombo. Por último, contou-se com a presença do Presidente da Causa Real, o Prof. Pedro Quartin Graça, e do Presidente da JMP, Sebastião de Sá-Marques. Foram três dias de intensa formação, acesos debates e um espírito de grupo espectacular, que provou a vivacidade das ideias e a intensa vontade dos associados da JMP de sabermos mais e de melhor fundamentarem os seus pontos de vista. Todos saíram da Universidade de Verão conscientes do seu dever de se formarem adequadamente, para melhor defenderem a monarquia, que creem ser o caminho certo para Portugal.

O falecimento da rainha Isabel II, então ocorrido, levou a associação a recordar nas redes sociais a sua vida e legado. Em Londres, o Presidente da JMP e o Vogal António N. Almeida, também membro da Comissão Executiva da Causa Real, escreveram mensagens de condolências assinadas em nome das nossas associações.

Pouco tempo depois, foi a vez do Presidente da Causa Real, o Prof. Pedro Quartin

Graça, ser convidado do podcast "A Voz do Reino", protagonizando uma simpática conversa, disponível no Spotify.

No dia 5 de Outubro, a JMP esteve presente nas comemorações oficiais do Dia da Fundação da Nacionalidade, em Coimbra, acompanhando S.A.R. o Senhor D. Duarte, Duque de Bragança, e a Causa Real, marcando ainda presença nas comemorações em Lisboa. É de realçar, igualmente, o voto de louvor à Juventude Monárquica Portuguesa aprovado em reunião da Direcção da Causa Real, pelo serviço que a Direcção da JMP

tem prestado ao Movimento.

A nível das organizações locais, a de Lisboa tem mantido as descontraídas ImpeReais e organizou visitas a museus, como ao recém-inaugurado Tesouro Real. Mais recentemente, esteve presente nas celebrações do aniversário da Fundação da Nacionalidade no Castelo de São Jorge. Ao mesmo tempo, no Porto, a respectiva local participou num fórum com juventudes partidárias, com o tema "Associativismo Jovem", tendo realizado também um picnic no Parque da Cidade do Porto, em honra do Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles. Voltou a realizar o Real Fino, desta vez em Leça da Palmeira, e visitou, no aniversário dos 500 anos da Circunavegação, a exposição "Fernão Magalhães: Pelos mares do mundo inteiro" bem a do coração de D. Pedro IV, na Igreja da Lapa. Para além disto, esteve presente na primeira reunião do Conselho Consultivo da Real Associação do Porto. Continua o trabalho de criação de material escrito monárquico, a publicar o mais cedo possível. Ambas as locais marcaram presença na Universidade de Verão da JMP e na sua Comissão Organizadora, criada pela Direcção.

No próximo mês de Novembro, iniciar-se-ão as formações internas da JMP e sairá do papel o mote JMP ACTIVA, que se materializará num conjunto de parcerias com instituições de solidariedade social, possibilitando aos associados e simpatizantes da JMP a oportunidade única de, através do voluntariado, mudarem vidas e crescerem interiormente e no serviço aos outros. Haverá ainda, no fim deste mês, mais uma sessão do ciclo de conferências sobre a agricultura, em Santarém. A JMP marcará presença, como habitualmente, no tradicional Jantar dos Conjurados.

Nos próximos meses planeia-se, para além de tudo isto, lançar as bases para a criação de mais locais, abrir núcleos nas escolas e universidades e ir aos estabelecimentos de ensino levar a mensagem monárquica.



algumas dezenas de participantes, num tempo muito bem passado, com conversa, petiscos, bifanas e até um fim de tarde caracterizado por um extraordinário momento de fados, interpretado pelo grupo Fado Novo.

Para terminar em cheio as férias, deu-se, de 9 a 11 de Setembro, em Belas, a Universidade de Verão, tendo contado com mais de 30 participantes, sendo grande parte não associados, e com as intervenções de alguns dos mais reconhecidos pensadores, políticos e académicos da actualidade nacional, como Jaime Nogueira Pinto, Gonçalo Sampaio e

Conversas Reais – 5 de Outubro, com José Miguel Sardica

Com a honrosa presença do Príncipe da Beira, Dom Afonso de Bragança, e uma sala cheia, o restaurante “O Cantinho da Amizade” em Lisboa acolheu o jantar tertúlia “Conversas Reais” do passado dia 5 de Outubro, que teve como convidado especial o historiador José Miguel Sardica, para uma conversa informal sobre a revolução republicana. Os presentes seguiram com interesse a perspectiva histórica do professor e historiador da Universidade Católica sobre os complexos e conturbados tempos que precederam esta funesta sublevação que, a partir de Lisboa, condenou todo o país a dezasseis anos de caos, repressão e declínio económico.



Visita ao Palácio Fronteira

Com o apoio da Fundação Fronteira e Alorna, no passado dia 19 de Novembro (um sábado), pelas 11h., teve lugar mais uma sessão dos Roteiros Reais, as visita guiadas sob a égide da Real Associação de Lisboa, desta vez ao Palácio Fronteira e seus jardins. Um agradecimento especial é devido ao nosso associado e historiador Joel Moedas Miguel.



A espada do Rei Dinis

Esta paráfrase do título do livro de Alice Vieira, dedicado ao universo infanto-juvenil, encerra uma informação – foi recentemente divulgada a descoberta em 2020 da espada de D. Dinis no seu túmulo no Mosteiro de Odivelas, tendo esta sido agora retirada do local onde se encontrava desde 1325 no decurso de uma operação de estudo e restauro – e um desejo: que possa ser profunda e profusamente analisada e que, desta análise, emergjam muitos livros para todos os públicos.

“Feita de ferro, punho de prata e aplicação de esmalte, é uma das raras espadas régias encontradas “in situ” na Europa”, informa a Direcção-Geral de Património Cultural, destacando a sua importância e singularidade, material e simbólica.

Na Mensagem, Fernando Pessoa atribui ao Conde D. Henrique a pergunta «Que farei eu com esta espada?». A Real Associação de Lisboa faz votos que a que foi do «plantador das naus a haver» e pai da língua portuguesa contribua para aproximar os portugueses da sua História, em particular da vida e do reinado daquele que foi um dos seus monarcas mais marcantes e multifacetados.



Cerimónias fúnebres de Isabel II; aclamação de Carlos III

Durante o mês de Setembro, no quadro das exéquias da Rainha Isabel II e da “aclamação” de Carlos III, o movimento monárquico adquiriu singular visibilidade no espaço público. Diversos representantes da Real Associação de Lisboa, por exemplo, desdobraram-se em intervenções nas principais televisões portuguesas (o seu Presidente de Direcção, João Távora, muito em especial; o associado Duarte Calvão). Vários membros da Comissão Executiva da Causa Real (o seu Presidente, Pedro Quartim Graça; o Vice-Presidente José Aníbal Marinho; o vogal Pedro Velez, igualmente director na RAL) puderam também marcar presença nos grandes meios de comunicação social. Todos procuraram realçar as virtudes e o potencial das instituições reais, reinantes ou não e assinalar as limitações das repúblicas.



Actividades da Real Associação do Porto

Em 16 de Maio passado, a Real Associação do Porto juntou numa ConversaREAL, subordinada ao tema E AGORA, QUE PROJECTOS PARA A NOSSA REGIÃO?, deputados cabeças-de-lista eleitos pelo círculo do Porto, ou seus representantes. Pelo PSD, Sofia Matos, pelo CHEGA, Diogo Pacheco de Amorim e pela INICIATIVA LIBERAL, Ricardo Gouveia. Pena foi não terem aceitado o convite, quer o PS, quer o BE quer o PCP, dado que se faria o pleno e o debate seria mais frutuoso.

O tema implicava conhecer o que os Partidos Políticos e os seus deputados defendem para a região do Porto. E foi assim que se foi conversando, mas o debate facilmente evoluiu para a discussão política regional mais alargada e mesmo para a escala nacional.



Em 7 de Julho, no Clube de Leça, em Matosinhos, sempre num ambiente amigável e disponível para receber a Real Associação do Porto, foi apresentado o Livro CASA DE ABRANTES – CRÓNICAS DA RESISTÊNCIA da autoria de João de Lancastre e Távora, Conde de Matosinhos, dedicado Monárquico e Presidente da Real Associação de Lisboa.

Um livro que transcreve momentos importantes da história política de Portugal, a partir da intervenção atenta e activa de uma Família de longa tradição. Apresentou a obra o Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Luís Fardilha, estudioso de Francisco de Sá de Menezes, primeiro Conde de Matosinhos.



Em 3 de Novembro passado, realizou-se o 32º Jantar Anual da Real Associação do Porto (RAP), onde estiveram presentes SSAARR os Duques de Bragança e o Príncipe da Beira.

O Jantar juntou cerca de 150 pessoas, entre as quais o Presidente da Direcção da Causa Real, o Grão-Mestre e diversos Confrades da Confraria do Vinho Verde, diversos membros do Conselho Consultivo da RAP e a Juventude Monárquica do Porto.

Integraram-se neste evento a oferta à Família Real de uma Serigrafia da autoria do Artista José Sobral Centeno sobre a história de Moniz da Maia, bem como o sorteio de uma outra Serigrafia; houve ainda um momento musical com o acordeonista Professor Arnaldo Fonseca.

Nas intervenções realizadas, SAR o Senhor Dom Duarte de Bragança sublinhou as vantagens da Monarquia a partir de diversos exemplos actuais de reinos onde o progresso é evidente e tendo em conta vários exemplos históricos. Falou do Reino Unido de Portugal e do Brasil ao tempo de João VI, relevando também o papel importante para o Brasil que, mais tarde, o Imperador D. Pedro II teve.

O Presidente da RAP interveio num âmbito mais político como se transcreve:

“(…)

A Família Real, com toda a sua atenção ao que se passa, com a sua intervenção e com o seu exemplo, é família de todos os Portugueses, mais próximos ou mais afastados, e com maiores afinidades ou mais indiferentes, pois Portugal no seu todo está para Suas Altezas antes de tudo o mais. Só os representantes da Instituição Real, reinante ou não, conseguem ter tal atitude! Um Monarca, enquanto Provedor do Povo, como gosto de referir, representa o povo, e exerce o seu magistério de influência nos momentos e nos assuntos críticos. Com independência e imparcialidade, sem condicionalismos, porque Monarquia é Liberdade.

Monarquia é ainda estabilidade e continuidade na Chefia de Estado.

Veja-se o tumulto que já existe em redor de um Presidente que a república portuguesa elege só em Janeiro de 2026, em que quem sai dá dicas a quem possa vir, e os candidatos a candidatos já procuram o seu espaço, acotovelando os correligionários e atacando aqueles que possam ser oponentes. Fazem-no, atraindo uns, mas afastando outros, comprometendo-se com estes, mas ganhando a inimizade daqueles, e, no fim, conseguindo apenas representar parte do todo - o actual Chefe de Estado foi eleito com 60% dos votos de 40% dos eleitores, ou seja, com menos de 2.500.000 de votos num universo de 11.000.000 de Portugueses! E quem será o próximo Chefe de Estado republicano? De esquerda? De direita? Proveniente de um partido que escalou? Ou vindo da sociedade onde deu provas num dado tempo e circunstância? Bem formado? Competente? Esta incerteza sobre o mais alto representante é inaceitável, pelo que temos de nos bater por seguir caminho contrário.

No momento imediato à morte da Rainha Isabel II,

havia um Chefe de Estado no Reino Unido. Conhecido, preparado desde a nascença para o cargo que passou a ocupar, com um inquestionável capital de dedicação à sua Pátria que se espalha pela Commonwealth, e com pensamento firmado sobre causas que assolam o Mundo. E o futuro no Reino Unido como será? Naturalmente seguido pelo Príncipe Guilherme, que, de igual modo, se prepara para a função desde a nascença e que é já ente querido dos Britânicos! Por outro lado, na eleição recente do Presidente da República do Brasil, o país dividiu-se a meio e as certezas sobre cada um dos candidatos deixaram preocupação em ambos os lados. Em Monarquia, conhecemos o futuro, nunca há dúvidas!

Defendemos que a Instituição Real não é um modo de governo, mas de representação, mas não podemos desligar uma situação da outra.

Em três períodos diferentes que transformaram Portugal na república portuguesa, aconteceram anarquia e destruição de valores, restrições às liberdades e estagnação socio-económica, e corrupção, nepotismo, falta de competência e eclipse da portugalidade. Do progresso e papel central no Mundo que Portugal teve até ao início do século XX em Monarquia, agora em república nada mais somos que o parente pobre da Europa, sistematicamente ultrapassados por países antes mais débeis. Ou seja, a mudança de sistema, influenciou o rumo do País... É mais que tempo de reagir, há razões para isso!

45% da população portuguesa vive no limiar da pobreza. Temos impostos difíceis de suportar por quem os paga e que servem para manter a máquina improdutiva e viciosa do Estado. Temos um sistema de saúde que não consegue implementar os bons princípios que tenha. Temos um sistema de ensino ávido de resultados quantitativos mais que qualitativos, e as competências que dele emanam só no estrangeiro se valorizam. Temos os jovens sem acesso à habitação, a não casar e a não terem filhos, porque os rendimentos do seu trabalho são reduzidos. Temos pensionistas a viverem com dificuldades e alguns a receberem reformas desmesuradas; temos também a dúvida de até quando se mantém o sistema de segurança social. Temos uma justiça inoperante e muitas vezes injusta, que acusa os mais fracos e protege os mais poderosos. Temos um país



concentrado em Lisboa, quando descentralização, regionalização e municipalismo, seriam mais eficazes aproximando as decisões das populações.

E temos uma população a envelhecer, a diminuir 2,1% nos últimos 10 anos, a abandonar o interior e deixar desaparecer a economia dos recursos endógenos, não se vendo políticas para o aumento da natalidade nem para a fixação das populações em todo o território. E temos também uma inexistente atitude de independência nacional, seguindo Bruxelas e não enfatizando os nossos valores materiais e imateriais, desde logo a diáspora, as ligações com as antigas províncias ultramarinas, o mar, o ambiente, etc....

E se a voz de Sua Alteza Real o Senhor Duque de Bragança se faz ouvir sobre muitos destes temas preocupantes e/ou estratégicos para Portugal, que ecoa da voz tão repetidamente ouvida do mais alto representante da república? Que influência tem tido? Que resultados tem obtido?

Grande é a crise que atravessamos e à nossa escala de militantes Monárquicos temos de participar na discussão política global. Enfrentando os temas, dando opinião e fazendo doutrina no quadro dos nossos princípios e valores, passando mensagem para o exterior, desfraldando as nossas bandeiras, aliás como vem sendo feito pela Direcção da Causa Real. Mas temos de ser mais nesta linha de actuação, ocupar mais frentes e ser mais eficientes, se não no discurso, com certeza no seu alcance. Queiram ou não, e apesar de haver ainda Monárquicos envergonhados na sociedade e, pior ainda, nos meios da política, somos uma força da sociedade que tem de marcar posição!

Termino, não sem antes insistir numa situação que nos coarcta a liberdade como portugueses, que se designa de Constituição, diploma dito dos direitos, liberdades e garantias, como prescreve o seu artigo 17º. Mas, nós Monárquicos não temos todos os direitos, nem todas as liberdades, e nem todas as garantias enquanto se estipular no artigo 1º que Portugal é uma República, no artigo 2º, que a República Portuguesa é um Estado de direito e na alínea b) do artigo 288º, que há que respeitar a forma republicana de governo. Muitos, como nós, não querem ser obrigados por lei a viver numa república e sob a forma republicana de governo. Nós queremos viver em democracia e liberdade e que de forma democrática se escolha o sistema! Por difícil que seja conseguir a alteração destes dogmas políticos, e apesar das cautelas que devemos ter para não deitar tudo a perder nem perder o que possamos ter já ganho nesta matéria, não podemos descurar esta luta, pois, sem que a mudança aconteça, o sistema Monárquico está inviabilizado, a não ser que surja pela revolução, o que não é previsível nem desejável!

Viva Portugal
Viva a Família Real
Viva o Rei dos Portugueses"





REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR

Entre os meses de Maio e de Outubro de 2022, a Real Associação da Beira Interior tomou parte na programação de 14 palestras bem como de uma exposição temática. Permitimo-nos destacar algumas dessas iniciativas:

- A continuação das já célebres aulas António Salvado (professor, investigador e poeta), num projecto que tem como parceiros a Real Associação da Beira Interior, o Agrupamento de Escolas Nuno Álvares e a Junta de Freguesia de Castelo Branco.



- No dia 15 de Maio, ocorreu a Comemoração dos 800 anos do Foral de Sobreira Formosa (Proença-a-Nova), evento realizado no edifício dos "Fortes e Baterias" na Sobreira Formosa, patrocinado pelas seguintes entidades: Câmara Municipal de Proença-a-Nova, União de Freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira, Sobreira Formosa 800 Anos, Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, Centro 2020, Portugal 2020; tendo tido a colaboração da Real Associação da Beira Interior. Esta última fez-se representar no evento por Luís Duque-Vieira, Vice-Presidente, e Rui Mateus, Grande Secretário.



- Com o envolvimento conjunto da Junta de Freguesia de Castelo Branco, da Associação do Bairro do Cansado e da Real Associação da Beira Interior, realizou-se, no dia 02 de Junho, no edifício da Junta de Freguesia de Castelo Branco, uma palestra/conversa subordinada ao tema "Homenagem a Delfim Corral, um dos

fundadores do Movimento Monárquico de Castelo Branco". Foram diversos os oradores convidados e as intervenções registadas. Foi também exibido um vídeo de homenagem. O Vice-Presidente Luís Duque-Vieira representou Real Associação da Beira Interior.

- A Real Associação da Beira Interior, com apoio da União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, organizou, no dia 19 de Junho, no Recinto das Festas em Sobral do Campo, uma palestra subordinada ao tema "São Sebastião – Padroeiro de Sobral do Campo", tendo sido orador convidado o professor, investigador, teólogo e historiador Florentino Vicente Beirão.



- A Junta de Freguesia de Castelo Branco e a Real Associação da Beira Interior organizaram uma palestra, no dia 29 de Setembro, no edifício da Junta de Freguesia de Castelo Branco, subordinada ao tema "Francisco Vieira de Almeida – Filósofo, Escritor, político e Alcastrense". O orador convidado foi o investigador, historiador e professor Hermínio Esteves. Na Mesa estiveram o orador, o neto de Francisco Vieira de Almeida – António Vieira de Almeida, o Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco – José Dias Pires e o Grande Secretário da Real Associação da Beira Interior – Rui Mateus;

- No dia 06 de Outubro, sob a égide da Real Associação da Beira Interior, teve lugar uma palestra em Vila Velha de Ródão, na Biblioteca Municipal e com apoio da respetiva Câmara Municipal, subordinada ao tema "Duarte de Armas e o Castelo de Vila Velha de Ródão e A Evolução da Bandeira Nacional e outras Bandeias Históricas", tendo como orador convidado o alcastrense, empresário e Grande Secretário da Real Associação da Beira Interior – Rui Mateus. Na Mesa esteve o orador, a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão – Ana Marques – bem como o Vice-Presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.

- Refira-se, finalmente, a exposição do alcastrense com raízes angolanas Jaime Magueijo, subordinada ao tema "Igrejas do Ultramar – Angola", que esteve patente, entre os dias 22 e 28 de Agosto de 2022, na "Casa da Cultura" da Póvoa de Rio de Moinhos (Sala Benedicta Maria Duque Vieira). Tratou-se de um evento planeado pela União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafêde, pela Paróquia de São Lourenço e pela Real Associação da Beira Interior.



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

No sábado, dia 17 de setembro de 2022, das 09:00 às 18:30, ocorreu a XII viagem ao País Real, organizada pela Real Associação de Viseu, em parceria com a Real Associação da Beira Interior, incluindo visitas a Freixo de Numão, ao Castelo de Numão bem como ao Museu do Cõa.



• No dia 31 de Outubro, realizaram-se, em Viseu, as comemorações do 631.º aniversário d'El Rei Dom Duarte. A Real Associação de Viseu, como se lê na sua página de Facebook, «comemora anualmente o Aniversário do Rei Dom Duarte, prestando-lhe homenagem junto à sua estátua, na praça com o seu nome. O Município sempre se associou, tendo, nos últimos três anos, havido interessantes iniciativas da Freguesia de Viseu, este ano também com a participação da Câmara Municipal. Em cada um destes anos, têm sido publicados, pela Freguesia, ao ritmo um por ano, os livros da autoria do Rei, em edições revistas pelo historiador Dr. João Ferreira da Fonseca».



REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

Assembleia Geral da Real Associação de Braga

A Assembleia Geral da Real Associação de Braga, reuniu na Casa de Valle-Flores (lugar de Infias – Braga), onde

foram apresentadas as contas e orçamento, plano de actividades e discussão de outros assuntos de interesse da Real Associação de Braga.

Nesta Assembleia Geral, destaca-se a aprovação da assinatura do protocolo entre a Real Associação de Braga e a Diário do Minho TV, canal televisivo do jornal Diário do Minho, que vai permitir à Real Associação de Braga, ter um painel de comentadores residentes neste canal televisivo, para todos os assuntos, nacionais e internacionais, que digam respeito à monarquia.

Primeira missa do novo Arcebispo de Braga – 13 de Fevereiro de 2022

S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, marcou presença na primeira cerimónia do novo Arcebispo de Braga, Dom José Cordeiro, estando ao seu lado, a Exm.ª Sr.ª Ministra da Administração Interna e Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e o Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio. A Real Associação de Braga deu apoio e acompanhou S.A.R. durante o tempo da sua estadia em Braga.

Dia da Independência de Portugal - 05 de Outubro de 2022

Leitura da mensagem de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, pela Sr.ª D.ª Gabriela Sequeira, Vice-Presidente da Real Associação de Braga, em representação da Causa Real em Guimarães.



REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

No dia 1 de Setembro, a exemplo de anos letivos anteriores, foram abertos três concursos para os alunos do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclos), do Ensino Secundário e do Ensino Profissional, do distrito de Viana do Castelo, genericamente subordinados ao tema "A importância do Recontro de Valdevez para a formação de Portugal".

Trata-se de uma iniciativa do Centro de Estudos Adriano Xavier Cordeiro, criado pela Real Associação de Viana do Castelo, em colaboração com o Grupo de Estudos do Património Arcuense (GEPa), a qual visa contribuir para a defesa da identidade nacional e para

o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização do património cultural português,

Os melhores trabalhos dos alunos (do 3.º Ciclo do Ensino Básico, do Ensino Secundário e Profissional) habilitam-se ao Prémio Europeu de Excelência, uma viagem ao Parlamento Europeu, patrocinada pelo eurodeputado Nuno Melo, conhecido militante monárquico.

• Em mais uma edição dos Roteiros pelo Alto Minho, no dia 5 de Novembro, das 9h30 às 16h30, decorreu o “Circuito pelas terras de Deus-la-Deu”, incluindo visita a Monção (centro histórico, designadamente), almoço num conhecido restaurante da zona bem como um percurso pelo Palácio da Brejoeira (interior, jardins, adega antiga e capela).



• No dia 30 de Novembro, tem lugar nos Arcos de Valdevez o tradicional “Jantar dos Conjurados” Organização conjunta das Reais Associações de Viana do Castelo e de Braga, com o apoio da Real Associação do Porto. O evento vai contar com a participação, a título de palestrante, do Doutor Pedro Bacelar de Vasconcelos, Professor de Direito Constitucional na Escola de Direito da Universidade do Minho e ex-deputado (Partido Socialista). No jantar, estarão presentes deputados eleitos pelo Círculo Eleitoral de Viana do Castelo, Presidentes de Câmara, Directores de Escolas e outros representantes das forças vivas da região.

Na ocasião, serão entregues os prémios aos vencedores do concurso escolar acima referido.



REAL ASSOCIAÇÃO DA ILHA TERCEIRA

O Senhor Dom Duarte de Bragança teve a amabilidade de visitar a Ilha Terceira de 26 para 27 de setembro de 2022, de passagem para a ilha de São Miguel, onde foi atribuir o Prémio Infante Dom Henrique em colaboração com a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

A visita à Terceira incluiu uma passagem pela

Central Geotérmica da Ilha Terceira, acompanhada pelo Professor António Félix Rodrigues, diretor da empresa EDA Renováveis, e pelos técnicos da Central, bem como um percurso pelas Furnas de Enxofre no centro da ilha. Um pouco mais tarde, foi recebido em casa do Padre Francisco Dolores, residente em São Carlos, onde estava a decorrer a tourada à corda no último dia da Festa do Império do Espírito Santo, altura em que foi possível interagir com a população, tanto no “quinto toiro” de uma tasca perto da Igreja como na rua.

O jantar com monárquicos e convidados foi na Casa da Nasce Água, em cujas instalações ficou alojado. Foi um jantar muito bem servido pela Dra. Tânia Paim, tendo permitido uma conversa interessante e marcante.



Entre outros, estiveram presentes o Senhor Representante da República, Embaixador Pedro Catarino, e mulher, os cônegos Padre Francisco Dolores e Padre João Maria Mendes, os professores Alfredo Borba, António Félix Rodrigues e Artur Machado da Universidade dos Açores, José Luís Garcia e mulher, do Clube de Golfe da Ilha Terceira bem como Francisco Ferreira da Misericórdia da Praia da Vitória.

Ao longo dessas horas de convívio, foi importante conversar abertamente sobre temas que interessam a Portugal e aos Portugueses. Sobre a questão do aborto, falou-se na possibilidade de unir a esquerda e a direita para melhorar a lei existente para que permita a defesa da mãe e da criança. Sobre a lei eleitoral, abordou-se a possibilidade de criar um círculo de compensação nas eleições nacionais, o qual, como já acontece nas eleições regionais dos Açores e da Madeira, alargaria a liberdade de voto útil a todos os eleitores, o que tem sido estranhamente barrado aos eleitores dos círculos mais pequenos. Sobre a crise energética associada à guerra da Ucrânia, falámos e ouvimos sobre os modelos futuros de interação entre os povos, colocando-se em alternativa o isolamento da Rússia com mais um muro da Europa ou o reforço da interação económica depois da guerra. Percebemos ainda a importante ação do Senhor Dom Duarte na diplomacia portuguesa na Europa, na África, nas Américas, na Ásia e na Oceânia. E soubemos notícias da Família Real.

Foi uma visita importante para a Real Associação da Ilha Terceira que se espera possa repetir-se, porventura a caminho de outras ilhas dos Açores.



CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Causa Real celebra a fundação da nacionalidade em Coimbra

Câmara Municipal de Coimbra deliberou passar a comemorar oficialmente nesta data a fundação da nacionalidade

Por iniciativa da Causa Real, realizou-se no passado 5 de Outubro, em Coimbra, Primeira capital de Portugal, a cerimónia de comemoração dos 879 anos da fundação da nacionalidade. De manhã, reuniu a Direcção da Causa. Às 2 da tarde, toda a Direcção e alguns convidados almoçaram no restaurante Jardim da Manga, refeição que contou com a agradável presença de S.A.R. o Duque de Bragança. Às 16 horas seguiu-se missa na Igreja de Santa Cruz pela alma dos dois Reis aí sepultados e depositaram-se coroas de flores junto aos túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I.

De seguida, cerca de centena e meia de participantes, dirigiram-se à Sala do Capítulo do Mosteiro onde tomaram a palavra o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, José Manuel Silva, um representante do Movimento Independência de Portugal e Pedro Quartim Graça, presidente da Causa Real. Encerrou o evento o Senhor D. Duarte de Bragança, com uma mensagem dirigida aos portugueses sobre a independência de Portugal ao longo da história e as actuais preocupações que o país enfrenta.

Congratulo-nos pela deliberação da Câmara de Coimbra de passar a comemorar oficialmente esta data, como um dos marcos da fundação da nacionalidade.

De facto, a fundação de Portugal não terá sido exactamente um momento de descontinuidade. Logo após a batalha de Ourique, D. Afonso passou a assumir



o título de Rei, mas só em 1143, com a assinatura de um "tratado" com seu primo Afonso VII, este o passou a tratar por Rei nos documentos oficiais. É o primeiro reconhecimento internacional. Nesse encontro em Zamora, esteve igualmente presente o cardeal Guido de Vico. Mais tarde, o Papa Alexandre III formalizou este reconhecimento da soberania do reino com a "Bula Manifestis probatum" (1179).





Mais notícias da Causa Real

No passado 5 de outubro, assinalando, em Coimbra, o evento fundador de 1143, quis o movimento monárquico marcar a agenda política, tomando posição no espaço público sobre o sentido e o alcance de uma desejável “reforma” do texto constitucional português.

Não deixando de ter presente o seu projeto de futuro para Portugal, a Causa Real pede, em primeiro lugar, plena coerência constitucional: que a democracia formalizada ou oficializada corresponda à democracia proclamada – «democracia portuguesa» ou «democracia de todos os portugueses». Daí a insistência na necessidade de uma releitura e rescrita da célebre alínea b) do artigo 288.º da CRP de 1976.

Num outro nível de compromisso, o movimento fez também seus anseios largamente difundidos para além do País Legal: expectativas de aprofundamento das liberdades concretas dos portugueses, de alargamento das suas efetivas possibilidades de participação no processo político.

Na sua qualidade de instituição promotora de grandes debates públicos, a Causa Real teve ainda por bem assinalar alguns potenciais tópicos para uma discussão constitucional abrangente que possa vir a abrir-se.

COMUNICADO

Sobre um próximo procedimento de revisão constitucional

Na expectativa da abertura de um há muito aguardado procedimento de revisão constitucional, a Causa Real, instituição suprapartidária que reúne os monárquicos portugueses organizados em Reais Associações de base local e na Juventude Monárquica Portuguesa, não poderia deixar de exortar a classe política a escutar razoáveis anseios de mudança por parte da sociedade civil, no que concerne aos seguintes aspectos fundamentais do sistema constitucional e do sistema político:

Em nome de uma integral democratização da democracia portuguesa, impõe-se, desde logo, corrigir enunciados ultrapassados ou pouco exactos, em sede de enumeração de limites materiais à revisão constitucional, muito em especial no que toca à equivocadamente denominada forma republicana de governo [alínea b) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa/CRP]:

É que só poderá estar em causa um verdadeiro e próprio limite material à revisão constitucional (ou seja, uma insuperável barreira protectora da identidade constitucional e não um mero limite impróprio ou inautêntico, superável via revisão constitucional), caso onde se lê «forma republicana de governo» se passe a ler forma democrática de governo. A essência da actual ordem constitucional, a qual parece ter estado subjacente aos grandes desenvolvimentos de realização da constituição em sucessivas revisões constitucionais, está e não pode deixar de estar no estabelecimento e na garantia de uma forma de governo democrática.

A Causa Real sublinha também a necessidade de superar persistentes limitações constitucionais à(s)

liberdade(s) política(s) dos portugueses que a democracia realmente existente mantém ou vai mantendo:

Referimo-nos, desde logo e por exemplo, ao monopólio partidário na apresentação de candidaturas às eleições legislativas, consagrado no artigo 151.º, n.º 2 da CRP.

A Causa Real aproveita ainda a ocasião favorável para se associar às vozes da sociedade e da academia que crescentemente clamam mudanças fundamentais de aproximação do sistema político ao país real, as quais não implicam fatalmente alteração do texto constitucional. É o caso, por exemplo, da alteração à lei eleitoral no sentido da criação de círculos uninominais (eventualmente acompanhada da definição de um círculo nacional de compensação). A Causa toma boa nota da existência de um projecto, já cabalmente articulado e sufragado por várias entidades socialmente relevantes, prevendo um esquema de representação proporcional personalizada, com círculo de compensação nacional (adaptação ao caso português do modelo alemão, com uma componente de círculos uninominais).

Tudo sem prejuízo de uma ulterior reflexão profunda no espaço público sobre eventuais possibilidades de enriquecimento renovador da representação político-institucional dos portugueses (discussão sobre a previsão de uma segunda câmara, designada, em parte, pelo menos, segundo esquemas de representação de instituições sociais livres – universidades, sindicatos, ordens profissionais, etc...).

Coimbra, 5 de Outubro de 2022, em memória do 5 de Outubro de 1143.



Juristas Monárquicos formam associação

Foi em Outubro deste ano, por iniciativa de um grupo de juristas monárquicos, criada a Real Associação dos Juristas Monárquicos.

Esta associação tem como objectivo discutir e debater a vasta problemática do universo jurídico e judicial e contribuir para a sua discussão genérica, não apenas numa perspectiva monárquica.

Com efeito, pretendem os juristas monárquicos que integram esta associação abordar esta temática numa óptica de interesse geral.

O único vínculo de fidelidade dos membros desta associação é a S.A.R. o Senhor D. Duarte e à Família Real. No mais, a discussão é livre.

Para já, iniciou a actividade na sua página do Facebook em: www.facebook.com/profile.php?id=100087368663547.

Será aqui a plataforma de discussão aberta e plural. O mundo dos tribunais é vasto e merecia o nosso olhar.

A RAJM nasceu para cumprir esse fim adoptando o lema:

Pela Lei e Pelo Rei!

☛ No final de Setembro o Chefe da Casa Real deslocou-se a Ponta Delgada para juntamente com o Presidente da Câmara, proceder à distribuição dos diplomas e das medalhas do Prémio Infante Dom Henrique.

No quadro das cerimónias dos 20 anos de Independência de Timor-Leste, S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança esteve naquele jovem país, de 18 a 31 de Maio, enquanto convidado do seu Presidente, o Senhor Professor Doutor José Ramos Horta. Acompanhado pela Senhora Dona Maria Francisca, viajou a convite da empresa portuguesa EuroAtlantic Airways, num voo direto Lisboa Dili, no qual embarcaram o Presidente da República, Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e vários Presidentes e Ministros da CPLP. Nessa ocasião, celebrou-se também a reeleição do Presidente da República Democrática de Timor-Leste, o Senhor Professor Doutor José Ramos Horta. No território timorense, o Senhor Dom Duarte e a Infanta Dona Maria Francisca participaram em várias atividades, designadamente numa exploração submarina para conhecer a fauna aquática timorense e numa excursão ao leste do País, Baucau e Los Palos. Em Dili, ficaram hospedados, como habitualmente, no Hotel Timor, dirigido pelo Sr. Dr. Tiago Martins Barata. O Senhor Dom Duarte foi igualmente convidado, pelo Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, para uma receção no Hotel Timor, em honra da comunidade portuguesa.

Depois da mencionada estadia em Timor, o Senhor Dom Duarte regressou à Pátria via Nova Iorque e Nova Jersey (01 a 8 de Junho). Em Nova Iorque, marcou presença na Sinagoga Portuguesa Shearith Israel, num percurso organizada pela Sra. Barbara Reis e pela direção da mencionada instituição. Poucos anos antes, houvera já estado nessa Sinagoga, acompanhado pelo Infante D. Dinis, a fim de festejar os 365 anos desta instituição. A convite do Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, planeia-se já a ida de uma delegação dessa comunidade àquele concelho, no qual se encontram muito importantes memórias de famílias sefarditas portuguesas e espanholas. Em Princeton - New Jersey, o Senhor Dom Duarte presidiu à reunião anual da Delegação Norte Americana da Ordem de São Miguel de Ala.

Ainda no mês de Junho, o Senhor Dom Duarte de Bragança foi um dos moderadores do 30th Estoril Political Forum, que se realizou de 27 a 29 de Junho, no Hotel Palácio do Estoril.

No final de Setembro (de 26 a 29), o Chefe da Casa Real deslocou-se à região autónoma dos Açores. No Salão Nobre dos Paços do Concelho de Ponta Delgada,

juntamente com o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Nascimento Cabral, procedeu à distribuição a vinte e um jovens da Escola Secundária Domingos Rebelo dos diplomas e das medalhas do Prémio Infante Dom Henrique (versão portuguesa de "The Duke of Edinburgh's International Award"). No evento, o Senhor Dom Duarte chamou a atenção para os temas da «sustentabilidade» e da «saúde mental». A sessão, antecedida por audiência de apresentação de cumprimentos, reuniu várias entidades civis e militares, para além de familiares dos estudantes e encarregados de educação. Foi a primeira vez que as atividades do dito Prémio em prol dos jovens se realizaram nos Açores. A visita a Ponta Delgada, organizada pela respectiva Câmara Municipal, incluiu





vários programas culturais de notável interesse. A passagem pelos Açores ficou ainda assinalada por um encontro com os associados e os simpatizantes da Real Associação da Ilha Terceira.

No dia 16 de Outubro de 2022, teve lugar uma cerimónia de coroação da imagem de Nossa Senhora de Fátima, Rainha de Portugal, pelo Senhor D. Afonso de Bragança; a cerimónia foi conduzida pelo Rev. Padre Tiago Ribeiro Pinto (Diocese de Setúbal).

No dia 29 de Outubro de 2022, no Colégio de São Tomás (Quinta das Conchas), SAR o Príncipe da Beira assistiu ao evento "Nature and Grace: A Thomistic Introduction", o qual contou com a presença do Pe. Thomas Joseph White, OP, e do Pe. Simon Francis Gaine, OP, figuras maiores do Thomistic Institute, instituição académica dedicada ao estudo do pensamento tomista.

No passado 21 de Outubro, em São João da Madeira, o Senhor Dom Duarte assistiu, nas antigas instalações da Molaflex, à inauguração da fábrica da Sleep8 Holding, uma marca internacional de mobiliário e colchões inteligentes. No âmbito deste empreendimento, vão ser criados cerca de 200 novos empregos e será feito um investimento à volta de 10 milhões de euros. Uma das pessoas presentes foi a Dra. Ana Brito, responsável pelo primeiro programa totalmente digital e personalizado de Terapia Cognitiva-Comportamental para a Insónia em Portugal.

Para além do já mencionado, registe-se uma reunião com os responsáveis da Juventude Monárquica Portuguesa, durante a qual os jovens

salientaram a vantagem de poderem acompanhar mais assiduamente as atividades da Família Real, de modo a poderem divulgá-las no seu sítio da internet; foi também avaliada a hipótese das várias Reais Associações divulgarem através de uma mesma página online as suas atividades.

No passado dia 11 de Novembro, SAR o Duque de Bragança foi condecorado com a Medalha de Ouro "Honra ao Mérito" da Liga dos Combatentes, no âmbito da cerimónia evocativa do 104.º aniversário do Armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. A Senhora Ministra da Defesa Helena Carreiras impôs a medalha ao Senhor Dom Duarte de Bragança tendo na mesma ocasião condecorado igualmente, o senhor Bispo das Forças Armadas, D. Rui Manuel Sousa Valério.

Daqui e Dali

"Uma coisa, porém, temos como certa. É que as probabilidades de despotismo em regime republicano excedem muito as das tiranias monárquicas, como a própria realidade contemporânea o demonstra. Por carência de meios impeditivos nas formas republicanas ou por inata predisposição destas?"

Mário Saraiva

FICHA TÉCNICA

Título: *As Dez Monarquias da Europa*

Autor: Alberto Miranda

Prefácio do príncipe Charles-Philippe d'Orléans, duque de Anjou

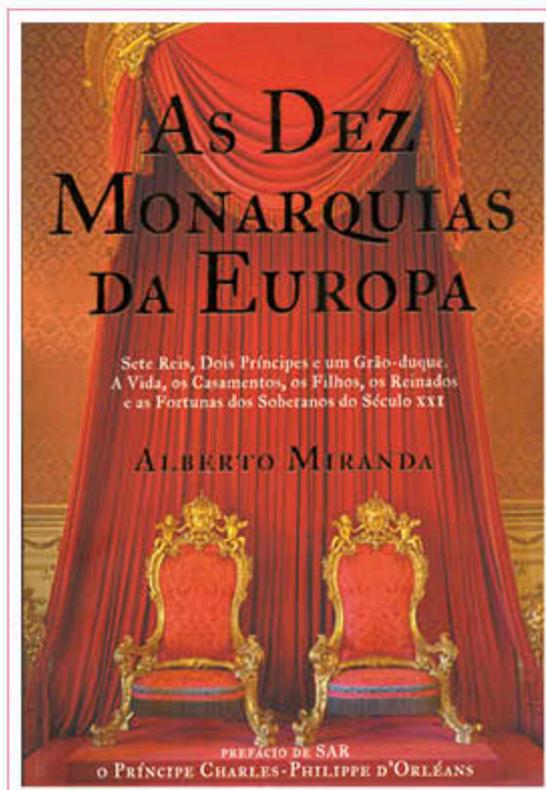
Edição: Casa dos Livros, 2022

Páginas: 367 pp.

Pretendendo fazer face à falta editorial duma panorâmica sobre as casas reais europeias, já actualizada à luz das primeiras décadas do novo século, este primeiro livro de Alberto Miranda — publicado em Maio passado — ganhou inesperada acuidade com o falecimento de Isabel II de Inglaterra e as admiráveis cerimónias fúnebres, que a ninguém deixaram dúvidas acerca da excepcional popularidade e carisma da Rainha e da monarquia britânica. Em breves semanas, sem sobressaltos, o Reino Unido ganhou um *green king*, alguém que durante décadas esteve muito visivelmente interessado e pró-activo em áreas que serão cada vez mais determinantes na nossa vida, como ambiente, património, arquitectura, agricultura biológica e sustentabilidade planetária, o que faz dele certamente um dos estadistas mais preparados para o futuro. Nas páginas que dedica ao príncipe de Gales, agora Carlos III, porém, no que respeita às perspectivas abertas pelo seu provável reinado o autor pouco mais nos diz que «muitos afirmam que [...] renunciará voluntariamente ao trono a fim de lhe permitir gozar melhor a sua terceira idade sem o peso da coroa e permitindo que o filho mais velho [William] lhe suceda», embora «a vontade da rainha é que o filho reine depois de si» (p. 231).

As Dez Monarquias da Europa tem um subtítulo involuntariamente longo — *Sete reis, dois príncipes e um grão-duque. A vida, os casamentos, os filhos, os reinados e as fortunas dos soberanos do século XXI* — que claramente indica ao que vem, e o público a que se destina: «O imaginário do sonho e dos contos de fadas continua [...] a existir na actualidade», e «ontem como hoje, o fascínio pelo universo dos reis e das rainhas, dos príncipes e das princesas continua bem vivo e as novas tecnologias vieram, ainda mais, incrementar o seu mediatismo» (Introdução, p. 19). Essa sobreexposição das famílias reais é também o principal tema do prefácio de Charles-Philippe d'Orléans: «As monarquias estão em voga e fazem correr mais tinta do que cantores, desportistas, actores ou influencers de redes sociais juntos», admitindo — com provas já dadas — que «a adesão da opinião pública pode muito rapidamente virar-se contra eles se não cumprirem as suas responsabilidades» (p. 14). «O mundo exige-lhes andar rápido quando eles representam a intemporalidade», mas «a tarefa não é fácil e não há nenhuma universidade que os prepare para esta missão» (p. 15). Beatriz da Holanda disse certa vez, com especial acerto: «Temos de estar sempre disponíveis. Não há ninguém para nos substituir» (cit. p. 29). Peter Conradi, editor do *Sunday Times*, referido na p. 25, classifica as famílias reais europeias como «os grandes sobreviventes».

O livro está razoavelmente bem estruturado e



arrumado, e inclui um glossário útil.

As dez monarquias hereditárias são apresentadas por sequência alfabética, da Bélgica à Suécia, depois de seis árvores genealógicas esclarecerem as relações familiares dinásticas estabelecidas ao longo dos séculos. Os textos, geralmente curtos, de duas a quatro ou cinco páginas, como se concebidos ao modo de verbetes dum dicionário genealógico ou duma enciclopédia, contemplam tanto os monarcas actuais como os seus descendentes, dando conta dos seus percursos de vida e até gostos pessoais. A cada reino é dedicado um capítulo, que abre com duas secções fixas — «O país e a monarquia», «A família real» —, numa didáctica muito generalista, curta porém aceitável, seguidas dum verbete sobre o monarca ali vigente. Alberto Miranda faz valer o seu instinto de jornalista ao conferir-lhes atributos distintivos: Margarida II, da Dinamarca, é «a rainha mais culta»; Harald V, da Noruega, «o rei que é primo de meia realeza»; Wilen-Alexander, da Holanda ou Países Baixos, «o rei que adora pilotar aviões»; Felipe VI, de Espanha, «o rei exemplar»; Henri, do Luxemburgo, «o grão-duque que descende de três infantas (irmãs) portuguesas»; Carlos XVI Gustavo, da Suécia, «o rei solteiro que herdou o trono do avô»; e, claro, Isabel II, de Inglaterra, «a rainha mais famosa do Mundo».

O autor estende esse registo designativo às figuras ditas plebeias que por matrimónio ingressaram no «clube» — expressão infeliz, por sinal, e várias vezes repetida... —, como sucede com os suecos Victoria, «a herdeira que casa com o seu personal trainer», e Carl Philip, «o príncipe designer casado com uma modelo de poses sexy», ou com Haakon, da Noruega, «o herdeiro que escolheu uma Cinderela atípica», Charlene Wittstocke, do Mónaco, «a princesa consorte que era atleta olímpica», e Letizia Ortiz, de Espanha, «a rainha que veio do povo». É uma forma

As dez monarquias hereditárias são apresentadas por sequência alfabética, da Bélgica à Suécia, depois de seis árvores genealógicas esclarecerem as relações familiares dinásticas estabelecidas ao longo dos séculos.

deselegante — do meu ponto de vista — de tratar aquilo a que o autor chama de «realeza do coração» (p. 31), expressão também ela questionável, além de imprecisa, se pensarmos por exemplo no casal Victoria & Albert, entre tantos.

Não basta dizer que «a nova geração real veio dar uma lufada de ar fresco e um rejuvenescimento a uma instituição que se rege pelo princípio da hereditariedade» (p. 32), fazendo com que «casamentos de desiguais se tornaram tão comuns na actualidade como os casamentos entre primos reais nos tempos antigos» (p. 31). A Alberto Miranda parece escapar o facto de a hipermediatização da vida moderna é que veio dar a estes epifenómenos uma suposta relevância estratosférica, pois nas aristocracias e nas altas burguesias nacionais — até mesmo no micro-exemplo português —, ou no jogo contínuo dos empórios industriais e financeiros, idêntica «liberalização» social não ocorreu nem ocorre, salvaguardando-se perfeitamente intacto o velho sistema dos casamentos de mútua e recíproca conveniência. Aliás, os dois encartes fotográficos do livro dão clara preferência a poses de aparato das famílias reais, ao invés de investirem — como seria mais interessante que fizessem — na representação das inúmeras acções humanitárias e comunitárias em que, em diferentes escalas e latitudes, muitos membros das casas reais europeias se envolvem, numa aproximação simbólica e benemérita com os povos a que pertencem e — por dever transgeracional — servem, ou na sua «humanização», pela exibição das suas ocupações e gostos pessoais (Isabel II e os cães e cavalos, ou conduzindo o seu Range Rover, por exemplo). Da cornucópia de imagens disponíveis, o autor preferiu respigar aquelas em que a distância entre monarcas e povo mais se faz sentir, esquecendo o princípio basilar de que a monarquia é o sistema dessas duas partes inseparáveis, realeza e povo.

A segunda parte de *As Dez Monarquias da Europa* aborda, entre outros, o tema das fortunas dos soberanos e dos custos das casas reais, objectos de «vivo interesse nos países monárquicos» (e não só, diria). É importante que tenha ido por aí. O legítimo escrutínio público levou a que «as famílias reais têm deixado de lado uma certa opacidade que rodeia este tema e têm feito um maior trabalho de transparência das contas, numa operação que visa convencer que o uso das verbas públicas é feito de forma consciente» (p. 321). Com os dados disponíveis, Miranda dá-nos uma perspectiva geral dos montantes envolvidos em cada país, o que é manifestamente bom, mas sem devidamente os reportar ao PIB respectivo, nem — o que seria deveras interessante — os comparar com os das repúblicas europeias de idêntica dimensão e economia. Conclui, porém, páginas adiante, que «sem um soberano e sem uma família real estes países perderiam muita da sua identidade; [...] o que eles têm de seu parece difícil de distinguir que não tenha sido feito à custa das heranças do passado, heranças que só foram possíveis com o contributo de cada um dos seus súbditos», sendo «aceitável e desejável [...] que na sua vida privada reine a discrição e o

exemplo» (p. 336). Logo de seguida, porém, o autor volta a sublinhar que «a ideia que temos da vida dos reis e dos príncipes é que ela é feita da dialéctica ligada ao luxo e ao glamour» (ibid.).

Sem contestar que uma parte dos «monárquicos» tenham sido seduzidos por esse brilho, aparato, protocolo e elegância que desapareceram em larga parte da vida social, é preciso dizer que o que mais vale nas monarquias constitucionais é o seu imenso poder simbólico, a estabilidade e perenidade dum legado histórico ora multissecular ora contemporâneo, e cuja reversibilidade e renovação é sempre possível, como o caso espanhol tão bem esclarece e elucida.

Alberto Miranda acaba de publicar *Isabel II, Rainha e Mulher: a vida pública e o universo íntimo*, pela editora Guerra e Paz.



O Hospital de Todos os Santos e a sua Relação com a Coroa de Rute Ramos, prefácio de Laurinda Abreu, ed. Colibri

História do único grande hospital em Portugal até finais do século XVIII, sua base patrimonial, financiamento e administração de 1501 a 1775, com os reis D. João II, D. Manuel I e D. João III, congregações religiosas e Misericórdia de Lisboa.



Escritos do Cárcere de D. João de Almeida Portugal, II Marquês de Alorna, org. Vanda Anastácio, ed. Caleidoscópio

Diários de D. Maria Constança da Câmara, VII Marquesa de Fronteira, org. de Pedro Urbano, ed. Caleidoscópio

Dois relatos memorialísticos que ajudam a compreender melhor a história portuguesa do século XIX.



Crítica XXI. Revista dirigida por Jaime Nogueira Pinto e Rui Ramos

Uma nova revista de ideias, de publicação trimestral, de que acaba de sair o primeiro número. «Quer dar a conhecer a tradição intelectual das direitas e os seus desenvolvimentos actuais, olhando para valores, ideias e princípios com liberdade incondicional».



PRODUTO DE PORTUGAL

BOHEMIA



CERVEJA

